

Livro 1 do Orçamento de Estado para 2013

PARTE 1: DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO.....	3
PARTE 2: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013.....	4
2.1: SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2.1.1: <i>Introdução</i>	4
2.1.2: <i>Panorama Económico</i>	7
2.1.3: <i>Despesas</i>	7
2.1.4: <i>Receitas</i>	8
2.1.5: <i>Financiamento</i>	8
2.2: ANÁLISE DAS REFORMAS RECENTES A NÍVEL DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	9
2.2.1 <i>Panorama das reformas a nível de Gestão das Finanças Públicas</i>	9
2.2.2 <i>Auditoria fiscal petrolífera abrangente</i>	9
2.2.3 <i>Provisão de documentação orçamental que descreva as políticas governamentais de forma transparente</i>	10
2.2.4 <i>Melhoria da gestão das despesas</i>	11
2.2.5 <i>Transparência</i>	12
2.2.6 <i>Melhoria da análise, revisão e eficiência das despesas</i>	12
2.3: PANORAMA ECONÓMICO.....	14
2.3.1: <i>Economia internacional</i>	14
2.3.1.1: <i>Tendências no crescimento internacional</i>	14
2.3.1.2: <i>Tendências nos preços internacionais</i>	15
2.3.2: <i>Economia doméstica</i>	18
2.3.2.1: <i>Total do Produto Interno Bruto (PIB)</i>	18
2.3.2.2: <i>Economia não petrolífero</i>	19
2.3.2.3: <i>Inflação doméstica</i>	21
2.3.2.4: <i>Emprego</i>	23
2.3.3: <i>Perpectivas no curto a médio prazo (2012 a 2017)</i>	23
2.4: DESPESAS E COMPROMISSOS DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO	25
2.4.1 <i>Despesas por fundo</i>	25
2.4.2 <i>Despesas do CFET / FCTL</i>	25
2.4.2.1: <i>Salários e vencimentos</i>	26
2.4.2.2: <i>Bens e serviços</i>	27
2.4.2.3: <i>Transferências públicas</i>	28
2.4.2.4: <i>Capital menor</i>	28
2.4.2.5: <i>Capital e desenvolvimento</i>	29
2.4.3: <i>Fundo das Infra-estruturas</i>	30
2.4.4: <i>Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano</i>	32
2.4.5 <i>Parceiros de Desenvolvimento</i>	33
2.4.6 <i>Apoio à Cultura Timorense</i>	33
2.5: RECEITAS	35
2.5.1: <i>Panorama das projecções de receitas</i>	35
2.5.2: <i>Receitas domésticas</i>	35

2.5.2.1: Panorama	35
2.5.2.2: Impostos	36
2.5.2.3: Taxas e pagamentos.....	37
2.5.2.4: Outros fluxos de receitas	39
2.5.2.5: Instituições autónomas.....	39
2.5.3: Receitas petrolíferas e Fundo Petrolífero	40
2.5.3.1 Fluxos de receitas petrolíferas	40
2.5.3.2 Riqueza petrolífera e cálculo do RSE	43
2.5.3.3 Gestão do Fundo Petrolífero	50
2.6: FINANCIAMENTO	54
2.6.1 <i>Definição de financiamento</i>	54
2.6.2 <i>RSE e levantamentos excessivos</i>	55
2.6.3 <i>Empréstimos</i>	55
2.6.4 <i>Uso do saldo de dinheiro</i>	57
2.6.5 <i>Parcerias Público-Privadas</i>	57
PARTE 3: LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2013	58
PARTE 4: DOCUMENTOS COMPROVATIVOS	59
4.1: ARTIGO 8 DA LEI DO FUNDO PETROLÍFERO	59
4.1.1: <i>Requisitos para as transferências a partir do Fundo Petrolífero</i>	59
4.1.2: <i>Relatório de Garantia para o Ministério das Finanças</i>	60
4.2: ARTIGO 9 DA LEI DO FUNDO PETROLÍFERO	61
4.2.1: <i>Requisitos para as transferências do Fundo Petrolífero</i>	61
4.2.2: <i>Relatório de Garantia para o Ministério das Finanças</i>	62
4.2.3: <i>Justificativas dos saques em excess do Fundo Petrolífero</i>	62

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

Este discurso será incluído após a apresentação do Orçamento de Estado para 2013 ao Parlamento Nacional.

Parte 2: Descrição e análise do Orçamento de Estado para 2013

2.1: Sumário executivo

2.1.1: Introdução

O Governo está determinado em transformar Timor-Leste num país de rendimentos médio elevados e com uma população segura, saudável e instruída até 2030. O Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste delinea políticas para concretizar esta meta. O presente Orçamento de Estado para 2013 faz a dotação de despesas para financiar estas políticas.

A Tabela 2.1.1.1¹ mostra o Orçamento de Fontes Consolidadas para Timor-Leste. A despesa total em 2013 é de 1.997,9 milhões de dólares. Isto engloba despesas governamentais de 1.797,5 milhões de dólares e 200,4 milhões de Parceiros de Desenvolvimento. Os compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento representam 10,0% do orçamento total, o que demonstra que Timor-Leste não está fortemente dependente da assistência externa para financiar os seus programas de desenvolvimento.

¹ Nota sobre os dados: Geralmente, os números apresentados em tabelas e gráficos são arredondados a uma casa decimal e referem-se, na maioria dos casos, a milhões de dólares ou a percentagens. Ocasionalmente é possível que apareçam pequenas discrepâncias entre as somas dos números apresentados e o total. Estas discrepâncias são o resultado de um “erro de arredondamento”, inevitável numa apresentação legível de números grandes. No entanto, um “erro de arredondamento” não constitui um erro per se. É simplesmente uma consequência da natureza dos processos de aproximações matemáticas usando poucas casas decimais. Por exemplo, a soma dos números da categoria Capital Menor (\$47,150,000) e da categoria de Capital e Desenvolvimento (\$891,895,000) é igual a \$939,045,000, que arredondado é igual a \$939.0. No entanto, a soma das aproximações a uma casa decimal (\$47.2) e (\$891.9) é igual a \$939.1 e não \$939.0.

Tabela 2.1.1.1: Orçamento de fontes combinadas 2011 a 2017, milhões de dólares

	Concreto em 2011	Orçamento para 2012 *	Orçamento para 2013 **	Orçamento para 2014	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017
Orçamento de Fontes Combinadas	1.379,8	2.028,3	1.997,9	2.088,9	2.080,0	2.017,1	2.052,6
<i>Despesas do Governo por fundo</i>	1.095,9	1.806,5	1.797,5	1.950,5	2.047,4	2.014,0	2.052,6
FCTL	604,7	893,9	1.002,2	1.042,3	1.084,0	1.127,3	1.172,4
FDCH	16,8	37,5	42,4	40,0	45,0	45,0	49,0
Fundo de Infra-estruturas	474,4	875,1	752,9	868,2	918,4	841,7	831,2
<i>Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento</i>	283,9	221,8	200,4	138,4	32,6	3,1	0,0

* Orçamento final para 2012 após rectificação e trânsito de saldos

** Após trânsito de saldos

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2012

A Tabela 2.1.1.2 mostra os valores fiscais consolidados para Timor-Leste. A tabela apresenta despesas, receitas, financiamento e indicadores económicos principais. O Governo desceu ligeiramente (em 9,0 milhões de dólares) o orçamento geral entre 2012 e 2013, de modo a manter a sustentabilidade fiscal e a garantir que a procura agregada dentro da economia é consistente com níveis aceitáveis de inflação. Devido à redução na despesa total, ao aumento das receitas e a um RSE mais elevado, prevê-se que os levantamentos excessivos a partir do Fundo Petrolífero desçam de 2012 para 2013. Isto está de acordo com a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Prevê-se que se mantenha um forte crescimento económico a médio prazo.

Tabela 2.1.1.2: Tabela Fiscal com Itens do Memorando, milhões de dólares

	Concreto em 2009	Concreto em 2010	Concreto em 2011	Orçamen to para 2012*	Orçament o para 2013**	Orçamen to para 2014	Orçamen to para 2015	Orçamen to para 2016	Orçamen to para 2017
Total das Despesas por Categoria de Dotação	603,8	760,3	1.095,9	1.806,5	1.797,5	1.950,5	2.047,4	2.014,0	2.052,6
<i>Recorrentes</i>	394,2	506,1	507,8	757,3	858,5	888,7	927,6	962,9	1.003,6
Salários e Vencimentos	87,3	91,5	111,6	139,0	160,3	166,7	173,3	180,3	187,5
Bens e Serviços (incluindo FDCH)	212,8	245,9	253,5	384,6	461,7	476,1	498,5	516,7	539,5
Transferências Públicas	94,1	168,7	142,6	233,7	236,5	245,9	255,8	266,0	276,6
<i>Capital</i>	209,6	254,3	588,2	1.049,1	939,0	1.061,9	1.119,8	1.051,1	1.049,0
Capital Menor	38,7	38,3	27,2	49,2	47,2	49,0	51,0	53,0	55,2
Capital e Desenvolvimento (incluindo todas as despesas com Infra-estruturas)	170,9	215,9	561,0	1.000,0	891,9	1.012,8	1.068,8	998,1	993,8
Receitas Domésticas***	90,8	96,4	108,5	134,1	146,3	162,9	181,5	200,1	218,4
Saldo Fiscal Não Petrolífero	-513,0	-664,0	-987,4	-1.672,4	-1.651,2	-1.787,7	-1.865,9	-1.814,0	-1.834,2
Financiamento	513,0	664,0	987,4	1.672,4	1.651,2	1.787,7	1.865,9	1.814,0	1.834,2
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	408,0	502,0	734,0	665,3	787,0	785,3	771,6	757,9	746,5
Levantamentos Excessivos a partir do FP	104,0	309,0	321,0	829,6	410,8	931,7	971,4	934,4	964,7
Uso do Saldo de Dinheiro	1,0	-147,0	-67,6	134,4	409,8	0,0	2,0	0,0	0,0
Empréstimos Contraídos / Oferecidos	0,0	0,0	0,0	43,1	43,6	70,6	120,9	121,7	123,0
Indicadores Económicos Seleccionados									
PIB Não Petrolífero Nominal	775,6	859,1	975,9	1.292,7	1.506,9	1.769,2	2.099,7	2.507,1	3.006,5
Défice Fiscal Não Petrolífero / PIB Não Petrolífero	66,1%	77,3%	101,2%	129,4%	109,6%	101,0%	88,9%	72,4%	61,0%

* Orçamento final para 2012 após rectificação e trânsito de saldos

** Após trânsito de saldos

*** Os números das Receitas Domésticas apresentados são os que o Governo usou quando fez a estimativa da Receita Doméstica para os próximos anos. Estes números são ligeiramente diferentes dos que foram apresentados nas contas auditadas.

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento, Direcção Nacional da Política Economia, Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero e Secretariado dos Grandes Projectos, Ministério das Finanças, 2012

2.1.2: Panorama Económico

A publicação “Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2004 e 2010”² descreve a composição e o valor da economia de Timor-Leste. Em 2010 o PIB total foi de 4.140,4 milhões de dólares, com 79.3% a virem do sector petrolífero. O PIB não petrolífero foi de 859,1 milhões. Durante 2011 a economia não petrolífera de Timor-Leste beneficiou de fortes despesas governamentais que fomentaram o crescimento de sectores específicos tais como o da construção, conduzindo a um valor nominal de 975,9 milhões de dólares. No que diz respeito à tendência de crescimento da economia não petrolífera, Timor-Leste registou uma das taxas de crescimento mais elevadas no mundo, com uma média de 11,9% por ano desde 2007.

O forte crescimento económico em 2011 foi acompanhado por uma inflação muito elevada, chegando aos 15,4% (inflação homóloga) em Dezembro de 2011. Após aumentar para cerca de 18% em Janeiro de 2012 a inflação desceu para 10,1% em Março³ e desde então estabilizou perto dos 11%. A taxa de inflação mais baixa observada no final do primeiro trimestre de 2012, comparativamente com o último trimestre de 2011 e os primeiros dias de 2012, pode ser atribuída sobretudo a uma melhoria de factores internacionais. Aqui incluem-se o fortalecimento do dólar americano comparativamente com os principais parceiros comerciais de Timor-Leste, o que reduz o preço dos bens importados, e os preços internacionais relativamente menores de matérias-primas individuais. Não obstante isto, uma inflação de 11% continuará a ser relativamente alta quando comparada com as de outros países. O Governo está determinado a garantir que a inflação continua a descer a médio prazo e reconhece que o controlo cuidadoso do crescimento das despesas totais será importante para atingir este objectivo. Esta política está reflectida no presente Orçamento de Estado para 2013, o qual reduziu ligeiramente o total das despesas em 2013 comparativamente com 2012.

2.1.3: Despesas

O total das despesas em 2013 é de 1.797,5 milhões de dólares, o que representa uma redução de 0,5% comparativamente com 2012. O Governo reduziu o total das despesas com vista a contribuir para a sustentabilidade fiscal e o controlo da inflação. As despesas com capital e desenvolvimento em 2013 desceram 10,8% comparativamente com 2012, em parte para manter a sustentabilidade fiscal e em parte porque o Governo reconhece a necessidade de

² Direcção de Estatística (2012). (N.B. Com o lançamento preliminar do PIB de 2011 a usando as estimativas do lado das despesas (PIB-D), os dados para o período entre 2004-2010 para o PIB-E também foram revistos devido a uma mudança na fonte dos dados incluindo os dados das despesas dos parceiros de desenvolvimento, das despesas dos agregados familiares, outras fontes de dados, e mudanças consequentes noutros indicadores)

³ A taxa de inflação de 15,4% diz respeito à alteração do IPC de Timor-Leste. Actualmente o IPC de Timor-Leste é medido trimestralmente, pelo que os valores de 18% e 10% se referem à alteração do IPC em Díli, o qual é medido mensalmente.

manter os gastos com infra-estruturas a um nível que permita a implementação efectiva dos projectos. As despesas recorrentes subiram de forma acentuada. Entre 2012 e 2013 as despesas com Salários e Vencimentos e com Bens e Serviços aumentaram substancialmente. O aumento dos gastos com o programa de combatentes da libertação nacional, com as pensões da função pública, com o novo estatuto de carreira para os profissionais da saúde e com o pagamento de professores voluntários contribuiu para a subida das despesas recorrentes. O Governo considera que estas despesas estão de acordo com as metas e políticas definidas no PED. A despesa com combustível para geradores e com operação e manutenção nas centrais eléctricas também aumentou em 2013. Estes gastos acrescidos são necessários para manter e operar as instalações de geração de energia de alta qualidade construídas recentemente.

2.1.4: Receitas

A cobrança de receitas domésticas está estimada em 146,3 milhões de dólares em 2013. Isto representa um aumento de 9,2% em comparação com a estimativa para 2012 de 134,1 milhões. Este aumento é motivado sobretudo por subidas em alguns impostos – rendimentos, consumo e retenção – ainda que parcialmente contrariado por uma redução prevista para o programa de arroz.

Em 2013 prevê-se que a cobrança de receitas domésticas não petrolíferas financie 8,1% do total das despesas. As taxas elevadas de crescimento económico e a subida das receitas significam que até 2017 o total das receitas domésticas deverá subir para 218,4 milhões de dólares, mais 10% que a despesa projectada.

As receitas petrolíferas dos campos de Bayu-Undan e Kitan atingiram o seu pico em 2011 e deverão descer para 2.309,1 milhões de dólares em 2013, antes de estabilizarem temporariamente até 2017. Estima-se que o saldo do Fundo Petrolífero aumente de 9.310,3 milhões no final de 2011 para 10.776,7 milhões até ao final de 2012 e para 12.375,7 milhões até ao final de 2013.

2.1.5: Financiamento

O défice não petrolífero é igual às receitas domésticas menos as despesas totais. Este é um indicador financeiro / económico importante, já que dá uma noção aproximada da quantidade de dinheiro e de procura adicionais que os gastos do Governo estão a injectar na economia. O défice não petrolífero em 2013 será de 1.651,2 milhões de dólares. Este défice é financiado sobretudo por levantamentos a partir do Fundo Petrolífero. O défice será ainda financiado por empréstimos no valor de 43,6 milhões de dólares e pelo uso de 409,8 milhões em dinheiro mantido em contas bancárias do Governo.

2.2: Análise das reformas recentes a nível de Gestão das Finanças Públicas

2.2.1 Panorama das reformas a nível de Gestão das Finanças Públicas

O sistema de Gestão das Finanças Públicas (GFP) é composto pelas instituições, leis e tecnologias de informação através das quais o Governo gasta, cobra e gere dinheiro. Um sistema sólido e eficaz de GFP é essencial para manter um forte crescimento económico, para controlar a corrupção e para prestar bons serviços governamentais. Em Timor-Leste é vital que haja um sistema eficaz de GFP para transformar recursos minerais em riqueza pública.

O Governo implementou um programa amplo e sustentado de reformas a nível de GFP. Este programa de reformas é complexo e abrange muitos aspectos diferentes da GFP, pelo que o presente documento descreve apenas alguns aspectos importantes seleccionados. Outros documentos disponíveis ao público, como por exemplo o Plano Estratégico do Ministério das Finanças, descrevem a totalidade do programa de reformas de modo mais detalhado. Os principais objectivos e componentes do programa de reformas do Governo descritos aqui são: a) auditoria fiscal petrolífera, b) providenciar documentação orçamental que descreva o Orçamento de Estado de forma transparente, c) melhorar a gestão das despesas, d) transparência e e) melhorar políticas e despesas com base em análises e dados concretos.

2.2.2 Auditoria fiscal petrolífera abrangente

O Governo está determinado em garantir que as empresas petrolíferas pagam os seus impostos de acordo com as leis tributárias aplicáveis de Timor-Leste. Desde Dezembro de 2010 a DNRP tem vindo a levar a cabo uma auditoria fiscal abrangente às empresas petrolíferas, o que já conduziu à cobrança de mais de 300 milhões de dólares em impostos adicionais, incluindo juros e coimas. A auditoria fiscal abrangente está em curso, incidindo sobretudo nos aproximadamente 4.800 milhões de dólares de despesas capitalizadas relativas ao projecto do Bayu-Undan (incluindo o Gasoduto de GNL e o GNLD de Darwin), Preços de Transferência, Ganhos de Capital e aproximadamente 44.000 milhões de dólares de receitas referentes aos contribuintes e suas partes relacionadas durante os anos fiscais de 2005 a 2010.

As despesas capitalizadas associadas ao Projecto de Kitan estão igualmente a ser sujeitas a auditoria fiscal. A DNRP conta com a assistência de firmas de topo ao nível do direito e da contabilidade, contratadas especificamente para prestar apoio à auditoria fiscal abrangente aos Projectos do Bayu-Udan e de Kitan.

A DNRP desenvolveu e implementou Novas Directivas de Auditoria para funcionarem como manual para a auditoria aos contribuintes petrolíferos. Os funcionários nacionais de auditoria da DNRD foram estabelecidos em 2011, sendo que os membros da Equipa de Auditoria continuam a melhorar as suas qualificações por via da participação em seminários de formação sobre auditorias, de modo a ficarem preparados para a condução de auditorias no terreno.

Durante os anos fiscais de 2011 e 2012 foram emitidas várias Decisões Públicas e novas Normas Fiscais com o intuito de fechar determinadas lacunas e esclarecer aspectos relacionados com a legislação fiscal vigente. É razoável prever que as novas Normas possibilitarão a Timor-Leste poupar entre 50 a 100 milhões de dólares ao longo dos próximos cinco anos, em resultado do fecho de lacunas fiscais, sobretudo aquelas associadas com transacções entre partes relacionadas.

2.2.3 Provisão de documentação orçamental que descreva as políticas governamentais de forma transparente

O Governo fez um esforço sustentado para continuar a melhorar a qualidade, clareza e minúcia da documentação orçamental fornecida ao Parlamento Nacional e aos cidadãos. Existem actualmente seis livros orçamentais e um Guia do Orçamento para o Cidadão (publicados pouco após a promulgação da lei orçamental anual por parte do Presidente da República). Em conjunto, estes documentos pretendem atingir os seguintes objectivos:

- **Descrever as políticas fiscais globais do Governo:** O Livro Orçamental 1 mostra de forma clara as despesas, receitas e financiamento totais a médio prazo. É também mostrado e descrito o impacto de levantamentos excessivos sobre o RSE e sobre a sustentabilidade fiscal.
- **Explicar as principais actividades financiadas pelos gastos:** O Livro Orçamental 2 mostra as principais actividades para as quais os ministérios utilizarão os seus orçamentos.
- **Mostrar de que modo os gastos contribuem para o desenvolvimento dos distritos:** O Livro Orçamental 3 descreve a distribuição dos gastos entre distritos e projectos específicos que contribuem para o desenvolvimento dos distritos.
- **Fornecer uma discriminação detalhada do orçamento:** O Livro Orçamental 4 contém uma discriminação do orçamento por capítulo, título, divisão e item.
- **Explicar e analisar os compromissos dos parceiros de desenvolvimento:** O Livro Orçamental 5 cobre esta área.

- **Fornecer informações sobre o orçamento de diferentes programas e projectos no Fundo de Infra-estruturas e no Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano:** O Livro Orçamental 6 cobre esta área.
- **Apresentar um panorama simplificado e não técnico do orçamento:** feito através da publicação de um “Guia do Orçamento de Estado para o Cidadão”.
- **Juntos estes documentos apresentam um panorama abrangente do orçamento** e do seu impacto. Um relatório importante do FMI deu nota **“A”** – a mais alta que existe – a Timor-Leste relativamente à minúcia das informações incluídas na documentação orçamental. Isto significa que as informações fornecidas pelo Governo na documentação orçamental são superiores às prestadas por outros países. De futuro o Governo pretende melhorar as ligações entre despesas e actividades e melhorar a exactidão das previsões a médio prazo na documentação orçamental.

2.2.4 Melhoria da gestão das despesas

O Governo melhorou a gestão as despesas sobretudo através do fortalecimento do Sistema Integrado de Informações de Gestão Financeira (SIIGF). Os ministérios operacionais têm agora acesso a este sistema e podem obter compromissos financeiros até ao limite imposto pelo orçamento. Podem igualmente aceder a relatórios que mostram as suas despesas, obrigações e compromissos financeiros até à data. A aprovação final referente ao pagamento de facturas e transferências (conforme permitido por lei) através dos orçamentos dos ministérios continua a ser controlada a nível central pelo Ministério das Finanças utilizando o SIIGF. Isto assegura um equilíbrio adequado entre a descentralização da gestão de despesas a ministérios operacionais responsáveis pela provisão de serviços públicos e o controlo e registo centralizados de despesas. A implementação deste sistema aumentou as taxas de execução e reduziu o risco fiduciário. Permitiu igualmente informação em tempo real ao público, por via do portal de transparência.

A médio prazo o Governo tenciona reforçar ainda mais a gestão de despesas. A implementação total de um módulo de gestão de contratos, no qual os ministérios operacionais estão actualmente a receber formação, irá permitir ao Governo saber melhor quando é que os pagamentos deverão vencer. Isto por sua vez deverá minimizar o risco de dívidas a curto prazo resultantes do pagamento tardio de facturas, bem como permitir ao Governo gerir melhor o dinheiro durante o ano financeiro. Permitirá também ao Governo analisar melhor os contratos e garantir que têm uma boa relação qualidade-custo e que não são excessivamente generosos para com os adjudicatários.

2.2.5 Transparência

O Governo está empenhado na transparência. A criação do portal electrónico de transparência foi uma ferramenta vital para concretizar este objectivo. O portal é composto pelos sub-portais do Orçamento, Ajuda, Aprovisionamento Electrónico e Resultados. Estes sub-portais retiram dados a partir do SIIGF e apresentam-nos de uma forma clara e interactiva que permite aos cidadãos perceber melhor as questões relacionadas com políticas, aprovisionamento e despesas, de modo a poderem responsabilizar o Governo.

O sub-portal do Orçamento está agora totalmente operacional. Fornece acesso directo e em tempo real a dados sobre despesas e receitas. Isto permite ao público ver instantaneamente a forma como a execução orçamental e a cobrança de receitas estão a avançar em qualquer altura do ano. A publicação destes dados está de acordo com as melhores práticas e faz de Timor-Leste um líder internacional entre países em vias de desenvolvimento na publicação de dados financeiros.

O sub-portal de Gestão da Ajuda fornece dados detalhados sobre compromissos e sobre desembolsos concretos por parte de parceiros de desenvolvimento. Isto permite aos cidadãos ver onde é que o dinheiro de um determinado parceiro de desenvolvimento está a ser gasto e perceber como esse dinheiro está a contribuir para o desenvolvimento em Timor-Leste.

O sub-portal de Aprovisionamento Electrónico mostra as actuais oportunidades de aprovisionamento e os contratos adjudicados. O portal referente às actuais oportunidades de aprovisionamento constitui um terreno de jogo aberto e equilibrado para os diferentes adjudicatários e encoraja uma forte concorrência pelos contratos governamentais. A longo prazo isto irá fazer baixar os custos e permitir uma melhor relação qualidade-custo. A base de dados de contratos atribuídos permite ao público perceber melhor as despesas do Governo e decidir se os contratos apresentam ou não uma boa relação qualidade-custo. A médio prazo o Governo está empenhado em aumentar o número de contratos registados neste sub-portal e em melhorar os detalhes sobre cada contrato.

O sub-portal de resultados mostra o que foi conseguido por projectos e programas chave do Governo. Isto permite ao público entender melhor das políticas governamentais.

2.2.6 Melhoria da análise, revisão e eficiência das despesas

O Governo reconhece que a força do crescimento económico e a redução da pobreza irão depender de gastos bem direccionados e eficientes. O Governo está assim empenhado num programa de análise, crítica e emenda constante de políticas para garantir o que o dinheiro público é bem gasto. Um projecto com estas características requer uma fiscalização de alto nível. Assim sendo, ao longo do próximo ano será estabelecida uma comissão para analisar e

sugerir emendas às políticas e despesas do Governo, com o objectivo de garantir que estas contribuem de forma plena para a implementação do PED. Esta comissão irá encomendar e estudar relatórios e análises de despesas, de modo a garantir que nem um só dólar gasto pelo Governo é desperdiçado. Ao longo do primeiro ano esta comissão irá: a) analisar e comentar um relatório sobre gastos do Fundo de Infra-estruturas; b) analisar um relatório sobre gastos com programas do PDD1 e PDD2 (consolidados como programa PDID de 2013 em diante); c) encomendar relatórios sobre tópicos que poderão incluir sustentabilidade a longo prazo e gastos nos sectores sociais; e d) analisar relatórios regulares elaborados pelo Ministério das Finanças a respeito de gastos do Governo.

O trabalho da comissão irá complementar e não substituir as actividades em curso de registo e monitorização de despesas. Por exemplo, o Governo continuará a reportar as despesas ao Parlamento Nacional todos os trimestres e as contas continuarão a ser auditadas por uma firma de auditoria internacional independente.

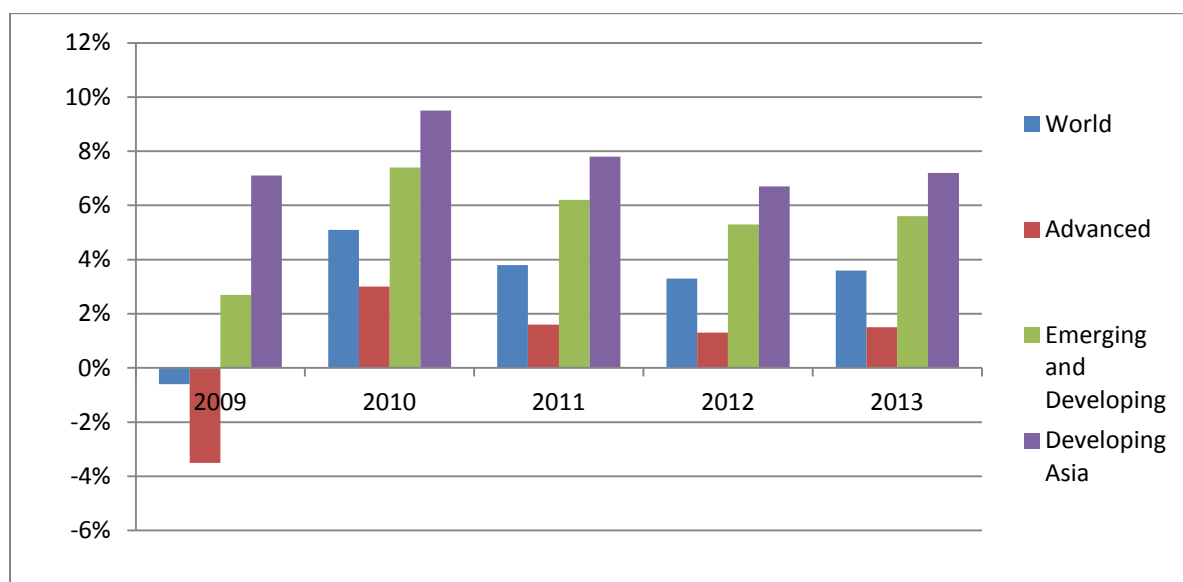
2.3: Panorama económico

2.3.1: Economia internacional

2.3.1.1: Tendências no crescimento internacional

O crescimento global abrandou para 3,9% em 2011 comparativamente com 5,3% registado em 2010, devido à recuperação ainda fraca da crise financeira, especialmente nas economias avançadas. Este cenário manteve-se em 2012. No cômputo geral, é esperado que o crescimento global continue a descer para os 3,3% em 2012, antes de subir de forma moderada para os 3,6% em 2013 (Figura 2.3.1.1.1)⁴. Apesar de sofrer com a redução das taxas de crescimento das exportações devido ao abrandamento na Europa e nos Estados Unidos, bem como com uma procura doméstica mais baixa, a Ásia em vias de desenvolvimento continua a ser a região com crescimento mais rápido no mundo inteiro, conduzindo o crescimento de economias emergentes e em desenvolvimento.

Figura 2.3.1.1.1: Crescimento Económico Real entre 2009 e 2013 (%)



Fontes: Direcção Nacional da Política Económica, Ministério das Finanças, 2012 e PEM do FMI Outubro de 2012

Está previsto que o crescimento em economias avançadas seja de 1,3% em 2012 e de 1,5% em 2013. A crise continuada do euro continua a fomentar a incerteza e a dificultar uma recuperação sólida na Europa e noutros mercados. Após um primeiro trimestre forte, os dados provenientes dos EUA e do Reino Unido sugerem também que o crescimento continua a ser lento e que o desemprego permanece elevado.

⁴ Excepto se indicado em contrário, os valores listados na secção de economia internacional são retirados do Panorama Económico Mundial do FMI, Outubro de 2012.

Prevê-se que as economias em vias de desenvolvimento cresçam até 5,3% em 2012 e 5,6% em 2013. Embora o crescimento rápido registado em países como a China, a Índia ou o Brasil tenha abrandado um pouco, continua a ser elevado quando comparado com o mundo desenvolvido. Este crescimento deve ainda ser ajudado por políticas menos restritas introduzidas em finais de 2011.

Tabela 2.3.1.1.1: Taxas de Crescimento Real do PIB Regional (%)

País	Valores concretos			Projeção	
	2009	2010	2011	2012	2013
China	9,2%	10,4%	9,2%	7,8%	8,2%
Austrália	1,4%	2,5%	2,1%	3,3%	3,0%
Singapura	-1,0%	14,8%	4,9%	2,1%	2,9%
ASEAN-5	1,7%	7,0%	4,5%	5,4%	5,8%
Indonésia	4,6%	6,2%	6,5%	6,0%	6,3%
Vietname	5,3%	6,8%	5,9%	5,1%	5,9%
Filipinas	1,1%	7,6%	3,9%	4,8%	4,8%
Tailândia	-2,3%	7,8%	0,1%	5,6%	6,0%
Malásia	-1,5%	7,2%	5,1%	4,4%	4,7%
Timor-Leste*	12,8%	9,5%	10,8%**	10,6%***	10,4%***

Fontes: Direcção Nacional da Política Económica, Ministério das Finanças, 2012 e PEM do FMI Outubro de 2012

* O PIB de Timor-Leste refere-se apenas ao sector não petrolífero

** Estimativa preliminar

*** Objectivo

2.3.1.2: Tendências nos preços internacionais

Neste clima de crescimento fraco e de redução da procura é previsto que a inflação global caia de 4,5% no primeiro trimestre de 2011 para 3 a 3,5% em 2012-13. Esta redução reflecte descidas nos preços estimados ao consumidor em economias avançadas e em economias emergentes e em vias de desenvolvimento, que se estima que desçam para 1,9% e 6,1% em 2012 e para 1,6% e 5,8% em 2013, respectivamente.

Preços do petróleo⁵

Os preços do petróleo subiram no primeiro trimestre de 2012 devido ao aumento da actividade económica e à tensão crescente com a possibilidade de a instabilidade no Médio Oriente afectar a produção. Desde Março ambas as situações perderam relevância, o que se reflecte numa descida de mais de 22% no preço do petróleo para 90 dólares o barril no final do 2.º

⁵ A secção 2.5.3, intitulada "Receitas Petrolíferas", contém uma descrição de como os preços internacionais do petróleo afectam as receitas petrolíferas em Timor-Leste.

trimestre de 2012⁶. Contudo os preços voltaram a subir acima dos 105 dólares em Julho e Agosto, como resultado de perturbações na produção na América do Norte, Mar do Norte e Médio Oriente, associadas com o aumento sazonal da procura⁷. No cômputo geral é esperado que os preços sejam em média de 106 dólares durante 2012 e que desçam ligeiramente para 105 dólares durante 2013. Os mercados de futuros indicam que os preços do petróleo deverão baixar a médio prazo. Estas previsões reflectem, entre outros factores, expectativas de que a procura mundial por petróleo continuará a ser fraca e que tanto os países da OPEC como os fora da OPEC aumentarão a produção de petróleo.

Preços dos produtos agrícolas

Más colheitas nos EUA, Europa de Leste e Ásia Central levantaram preocupações sobre a possibilidade de uma crise de preços dos alimentos. Em Julho os preços internacionais de produtos agrícolas dispararam, em particular no que se refere ao milho, à soja e ao trigo, com aumentos mensais nos preços de produtos individuais a chegarem aos 25%. Todavia os dados mais recentes dos mercados internacionais indicam que é pouco provável que volte a haver nos próximos meses uma crise como a de 2007-08. Uma das principais razões dessa crise foi o facto de as colheitas de arroz terem sido más. Contudo a produção este ano na China, Indonésia, Tailândia, Filipinas e EUA mais do que compensa o mau ano noutros países asiáticos como a Índia, o Camboja e o Nepal⁸. Para lá disto, as consequências sobre a produção de milho da maior seca nos EUA em mais de meio século podem ter sido exageradas⁹.

Recomenda-se vivamente que Timor-Leste continue a monitorizar com atenção as dinâmicas relativas aos preços internacionais dos alimentos (ver Caixa de Foco: preços internacionais dos produtos agrícolas – altos e voláteis), uma vez que a evolução desses preços terá provavelmente um impacto forte sobre a inflação doméstica. De facto, o peso dos alimentos e bebidas no índice de preços ao consumidor (IPC) em Timor-Leste implica que aproximadamente 60% do total das despesas das famílias são com alimentação, grande parte da qual é importada.

⁶ Média simples dos preços do crude segundo a WTI, UK Brent e Dubai.

⁷ Panorama Energético a Curto Prazo da Administração de Informações sobre Energia dos EUA, Setembro de 2012.

⁸ Documento da FAO sobre Oferta e Procura de Cereais, Setembro de 2012; Panorama Alimentar da FAO, Maio de 2012.

⁹ Estimativas da USDA sobre Oferta e Procura Agrícolas Mundiais, 12 de Setembro de 2012.

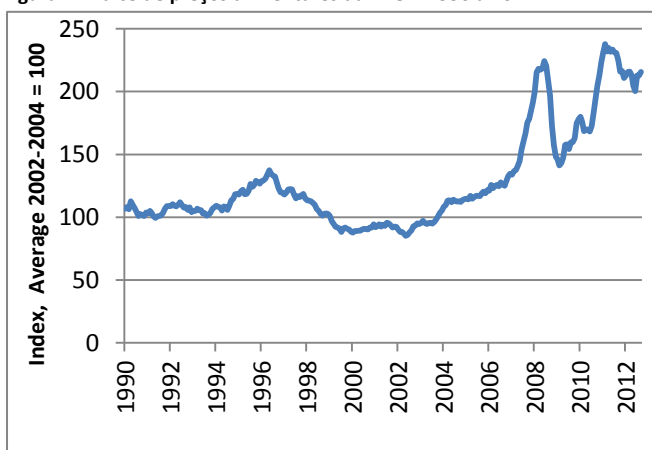
Caixa de foco: Preços internacionais dos produtos agrícolas – altos e voláteis

Tendência

Nos últimos anos a volatilidade dos preços dos alimentos aumentou consideravelmente. Após a crise de 2007-08, que conduziu a uma inflação dramática do preço dos alimentos, à insegurança alimentar e a desordem civil em vários países emergentes e com baixos rendimentos, os preços dos alimentos caíram de forma acentuada durante a segunda metade de 2008 e os primeiros meses de 2009 (Figura 1). Os preços retomaram e ultrapassaram então o seu pico de 2008 durante a maior parte de 2011, antes de descerem novamente abaixo do nível de 2008. Porém, em Julho de 2012 houve um aumento de 6,2% no índice de preços de alimentos da FAO, o que levantou a possibilidade de uma nova crise no preço dos alimentos. Aquando da elaboração deste documento essa situação parece ter sido evitada, contudo recomenda-se cautela em face das incertezas a respeito das dinâmicas da oferta e da procura a curto prazo.

Em relação ao panorama a médio prazo, os relatórios indicam que a volatilidade deverá continuar em anos futuros, afectando produtores e consumidores, bem como os governos que necessitam de garantir o desenvolvimento de políticas para contrabalançar os efeitos negativos.

Figura 1: Índice de preços alimentares da FAO – 1990 a 2012



Fontes: Direcção Nacional da Política Económica, Ministério das Finanças e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) 2012

Causas

Preços elevados e voláteis resultam por norma de desequilíbrios em fundamentos específicos dos mercados, isto é, em perturbações na oferta e/ou procura de produtos agrícolas. Os factores mais comuns que afectam a oferta são fenómenos meteorológicos (secas, cheias, furacões, etc.), a presença e disseminação de pragas e/ou doenças e existências baixas, reforçando a pouca elasticidade da oferta de produtos agrícolas a curto prazo. Os factores do lado da procura referem-se sobretudo ao crescimento populacional e à subida dos rendimentos em países emergentes e em vias de desenvolvimento, resultando numa maior procura por bens agrícolas.

Recentemente, porém, há outros factores a reforçar a volatilidade a nível dos preços dos produtos agrícolas, merecendo assim ser considerados à luz dos actuais

aumentos de preços e das perspectivas a longo prazo. Estes factores incluem, entre outros, choques relacionados com alterações climáticas (que influenciam a frequência e a força de cheias e secas), o aumento da associação entre preços dos produtos agrícolas e preços da energia, e a especulação financeira. Por norma os preços dos produtos agrícolas estavam ligados aos preços da energia através do impacto dos preços do petróleo nos meios agrícolas (fertilizantes) e no custo dos transportes. Hoje esta ligação está a ser reforçada pelo maior uso de produtos agrícolas para gerar alternativas de biofuel ao petróleo. Relativamente à especulação financeira, esta está cada vez mais a ser citada como uma 'nova' causa de maior volatilidade de preços, embora os dados continuem a não ser conclusivos. O que costumava ser um mecanismo para os comerciantes agrícolas (isto é agricultores, processadores, comerciantes) se defenderem contra riscos futuros de alterações de preços e para obterem liquidez tornou-se um vasto mercado utilizado por especuladores financeiros e por fundos de cobertura e de pensões para diversificarem os seus investimentos e aumentarem os seus retornos. Pensa-se que este fluxo de comércio de investidores financeiros conduziu a perturbações no mercado de derivados relativamente aos produtos agrícolas, e por conseguinte à subida dos preços, sobretudo a curto prazo.

Recomendações

Para se reagir à volatilidade nos preços dos produtos agrícolas é necessário ter em conta aspectos a curto e a longo prazo. A curto prazo, recomenda-se uma monitorização¹⁰ cuidadosa e contínua e uma preparação proactiva com vista à possível implementação de redes de segurança para consumidores e produtores. Para lá disto, e a nível mais geral / internacional, devem reduzir-se os subsídios aos biofuels, garantir uma melhor coordenação da política comercial internacional (por exemplo para evitar os efeitos negativos de restrições em termos de exportações por parte de países com grande volume de exportação) e implementar uma maior transparência e possivelmente avanços regulatórios no que diz respeito aos mercados de futuros.

A longo prazo é essencial, sobretudo para países em desenvolvimento importadores de alimentos como é o caso de Timor-Leste, ajudar os agricultores locais a aumentar a produção doméstica, de modo a reduzir a dependência de alimentos importados. Isto pode ser feito através da implementação de reformas reguladoras fundamentais (por exemplo reformas ao nível das terras), investindo directamente no sector agrícola (por exemplo esquemas de irrigação, acções de educação e formação, investigação e desenvolvimento, subsídios a nível de meios de produção – uso de melhores sementes, fertilizantes, pesticidas / fungicidas) ou, investindo em sectores que afectem a cadeia de valor agrícola (por exemplo infra-estruturas que reduzam engarrafamentos – estradas rurais e urbanas, pontes).

¹⁰ Reconhecendo isto o G20 lançou em Junho de 2011 o Sistema de Informações sobre Mercados Agrícolas (SIMA), o qual visa prever panoramas de mercado para matérias-primas agrícolas essenciais.

2.3.2: Economia doméstica

Em Maio de 2012 foram publicadas as Contas Nacionais de 2004 a 2010¹¹. Esta secção fornece informações com base inicial nesta publicação. Mais dados preliminares foram utilizados para gerar estimativas para 2011¹².

2.3.2.1: Total do Produto Interno Bruto (PIB)

A economia de Timor-Leste está muito dependente do sector petrolífero. A Tabela 2.3.2.1.1 mostra que quase 80% do Produto Interno Bruto (PIB) vem do sector petrolífero.

Tabela 2.3.2.1.1: PIB real por Sector, Timor-Leste 2011

	PIB, milhões de dólares	Percentagem do total
Toda a economia	4.430,6	100,0%
Sector petrolífero	3.478,4	78,5%
Sector não petrolífero	952,2	21,5%

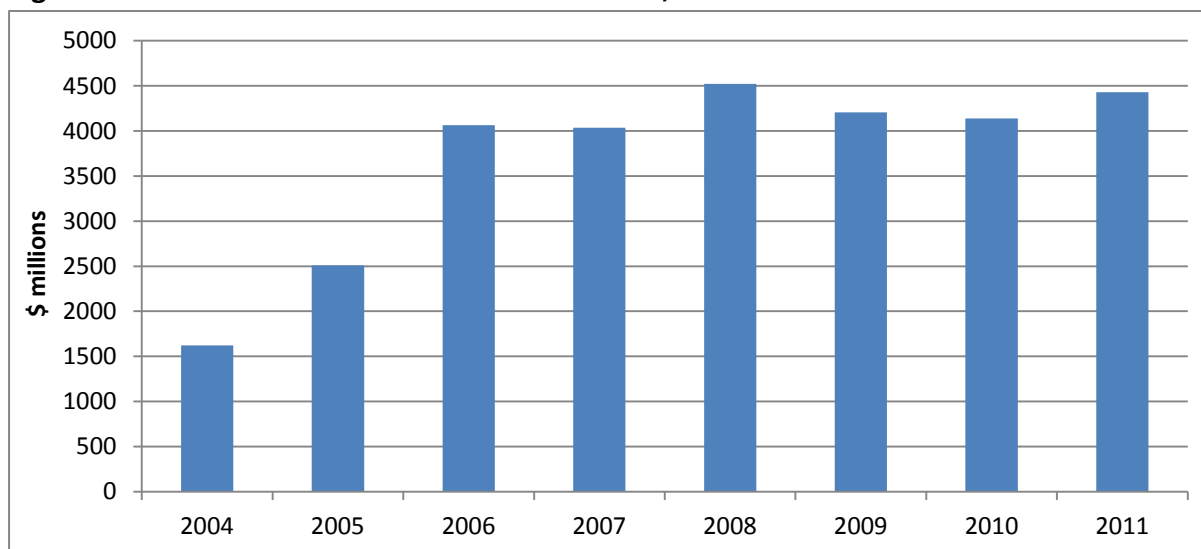
Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Direcção de Estatísticas, Ministério das Finanças 2012

Entre 2004 e 2011 o PIB aumentou substancialmente, ultrapassando os 4.400 milhões de dólares em 2011. Em 2011 o PIB foi 2,7 vezes superior ao registado em 2004. Todavia, entre 2004 e 2011 o PIB atingiu o pico em 2008 (rondando os 4.500 milhões de dólares). O PIB real diminuiu substancialmente em 2009 e 2010 e, embora tenha aumentado em 7,0% em 2011, permanece abaixo dos valores de 2008 (Figura 2.3.2.1.1.). Em face do já mencionado peso do sector petrolífero no PIB e das dinâmicas que regem as receitas deste sector (ver secção 2.4.2.), esta evolução não é surpreendente e justifica uma incidência no PIB do sector não petrolífero aquando da consideração do desenvolvimento da economia timorense.

¹¹ Direcção Nacional de Estatística (DNE), 2012

¹² Os dados preliminares foram obtidos com base na Avaliação de Despesa para medida do PIB. Por esta razão, decomposições específicas por sector/categoria ainda não se encontram disponíveis para 2011. Consequentemente, as decomposições específicas por sector/categoria descritas na secção 2.3.2.2 limitam-se ao período 2004-2010 e são baseadas nos dados do PIB com base nos dados do lado da produção (PIB-P) (DNE, 2012).

Figura 2.3.2.1.1: PIB real entre 2004 e 2011, milhões de dólares



Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Direcção de Estatísticas, Ministério das Finanças 2012

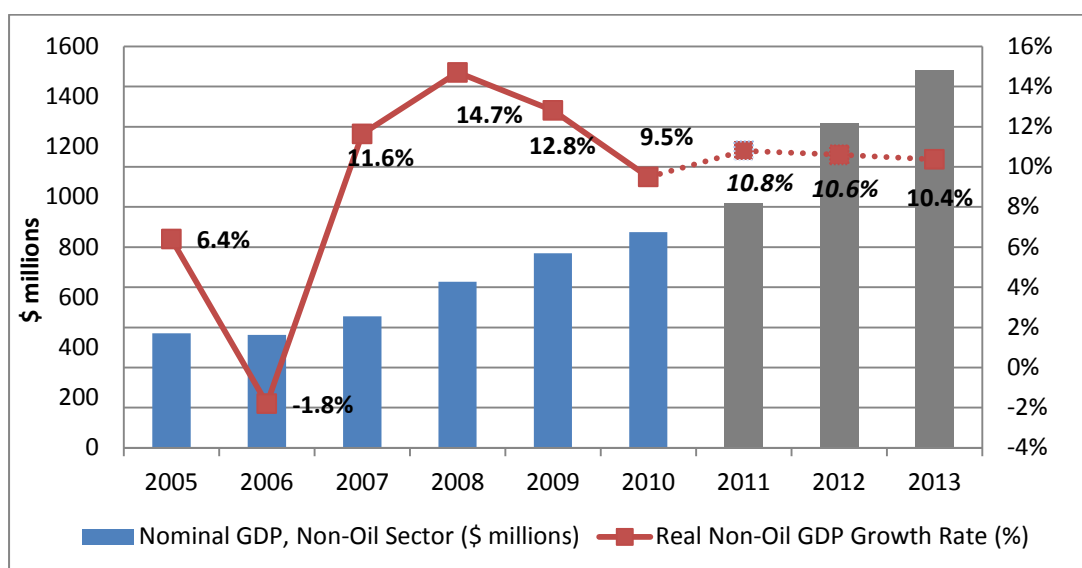
Nota: estimativas preliminares para 2011

2.3.2.2: Economia não petrolífero

A Figura 2.3.2.2.1 ilustra a evolução do PIB no sector não petrolífero entre 2005 e, as estimativas preliminares para 2011 e os objectivos para 2012-2013. Desde a crise de 2006 o país tem beneficiado de um forte crescimento económico, com uma média superior a 11,9% ao ano até 2011. Os dados concretos mais recentes disponíveis revelam que o PIB não petrolífero atingiu os 859,1 milhões de dólares em 2010, tendo subido 9,5% em termos reais desde 2009.

As estimativas preliminares para 2011 indicam que o PIB real no sector não petrolífero real subiu 10,8%. Este aumento reflecte um crescimento muito forte na actividade de construção durante o ano, impulsionado sobretudo pela execução de projectos financiados pelo Governo. Embora represente menos de 10% da economia não petrolífera (a Figura 2.3.2.2.2. contém dados relativos a 2010), o crescimento neste sector mais que compensou o declínio relativo no sector agrícola dominante, o qual vem a descer em termos reais há dois anos consecutivos. 2012 deverá trazer perspectivas mais risonhas para a agricultura, uma vez que a produção de arroz e de milho (as principais colheitas alimentares em Timor-Leste) recuperou da redução dramática registada em 2011 e deverá até exceder o consumo doméstico.

Figura 2.3.2.2.1: PIB do sector não petrolífero entre 2005 e 2013



Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Direcção de Estatísticas, Ministério das Finanças 2012

Dentro da economia não petrolífera, uma sub-classificação compreendendo os três sectores amplos, nomeadamente o primário, o secundário e o terciário é apresentado na Tabela 2.3.2.2.1. O sector primário engloba as actividades relacionadas com os bens obtidos a partir da terra (por exemplo agricultura de subsistência e comercial, silvicultura, pescas, extracção mineira e exploração de pedreiras); o sector secundário inclui actividades de construção e a produção de bens fabricados; e o sector terciário é composto pela indústria dos serviços (incluindo serviços do sector público e do sector privado).

Tabela 2.3.2.2.1: PIB real, percentagens dos sectores na economia não petrolífera (%)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB real não petrolífero	100,0%	99,9%	99,9%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Primário	29,3%	28,7%	30,7%	26,8%	25,1%	24,2%	21,6%
Secundário	9,9%	10,8%	8,8%	9,3%	10,1%	10,2%	10,4%
Terciário	59,6%	58,8%	59,9%	64,0%	66,1%	66,4%	68,4%
Mais impostos menos subsídios sobre produtos	1,2%	1,6%	0,5%	-0,1%	-1,3%	-0,8%	-0,4%

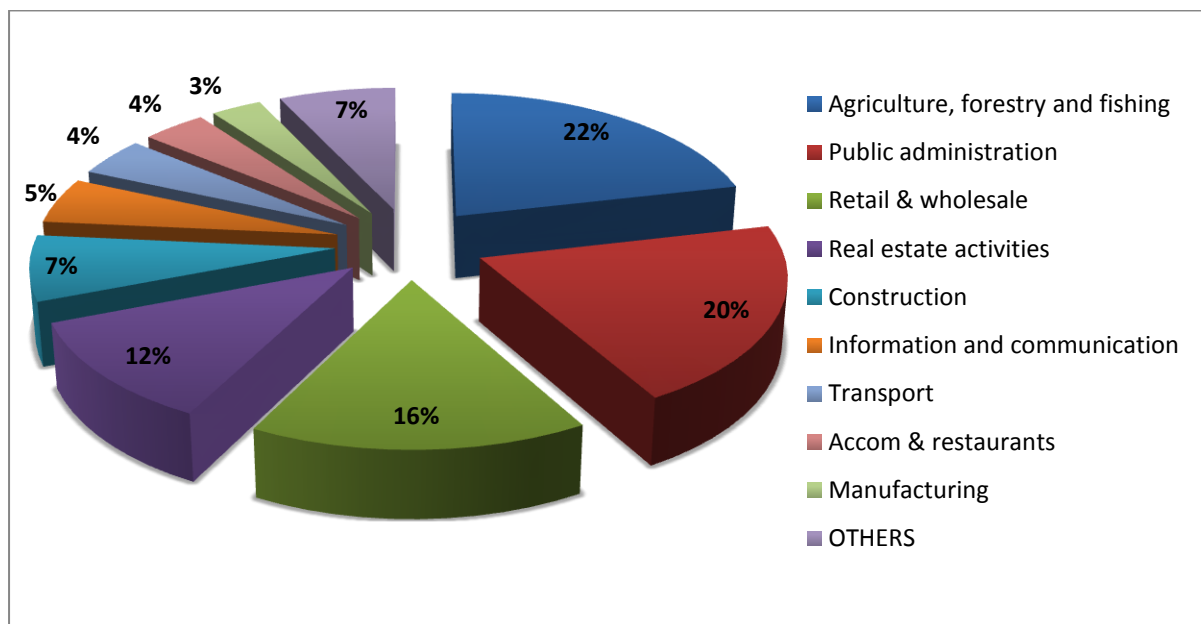
Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Direcção de Estatísticas, Ministério das Finanças 2012

Esta tabela mostra que o sector primário desceu durante os últimos sete anos, para os quais existem dados disponíveis, em detrimento do sector secundário e do sector terciário. Mais concretamente, o sector primário desceu mais de 8 pontos percentuais. A maior parte deste decréscimo foi capturada pelo sector terciário, cuja fatia aumentou 7,7 pontos percentuais entre 2004 e 2010, ultrapassando os 68% do total em 2010. A importância disto é que Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de Timor-Leste¹³ considera a existência de um sector

¹³ PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste, Governo de Timor-Leste, 2011

de serviços pujante como uma meta importante. Por fim, o sector secundário, que em Timor-Leste é particularmente reduzido em virtude da falta actual de actividade industrial, continua pequeno até 2010: a sua fatia aumentou menos de meio ponto percentual durante este período, permanecendo pouco acima dos 10%.

Figura 2.3.2.2.2: PIB 2010, sector não petrolífero por categoria (%)



Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Direcção de Estatísticas, Ministério das Finanças 2012

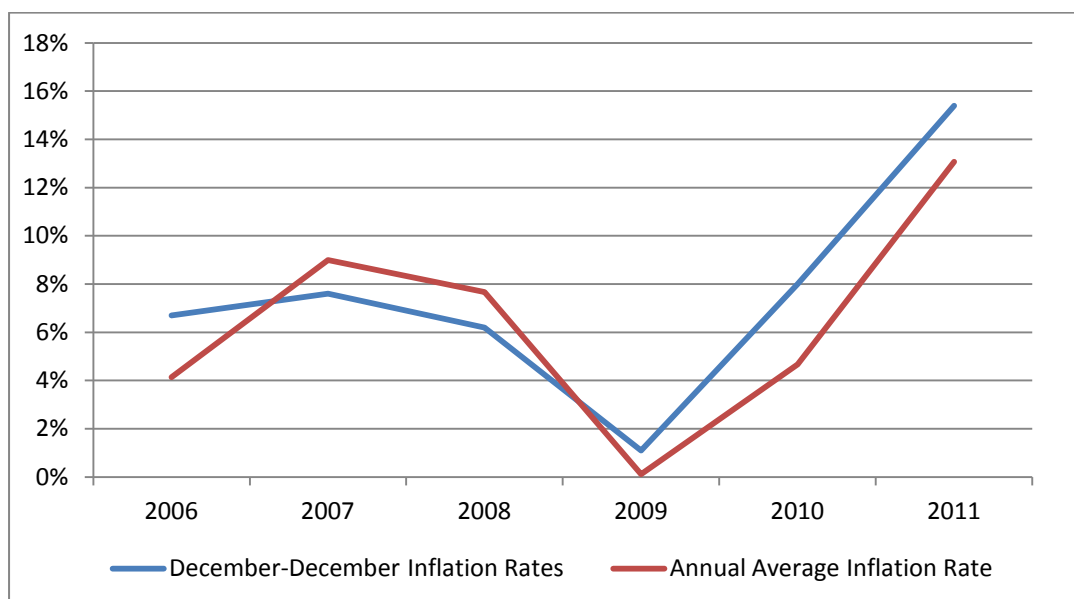
A economia não petrolífera de 2010 foi composta sobretudo pelas categorias da agricultura, silvicultura e pescas (21,4%), da administração pública (20,3%) e do sector de comércio grossista e retalhista (15,9%), conforme se pode ver na Figura 2.3.2.2.2.

2.3.2.3: Inflação doméstica

Em Timor-Leste a inflação é medida através do índice de preços ao consumidor (IPC), que mede o custo dos bens e serviços comprados pelo cidadão timorense médio. A Direcção Nacional de Estatística (DNE) recolhe os preços destes bens todos os meses para Díli e todos os trimestres para Timor-Leste¹⁴. A Figura 2.3.2.3.1 mostra o IPC em Timor-Leste desde 2006.

¹⁴ Até 2008 os dados relativos a Timor-Leste eram também reportados mensalmente, porém desde então passaram a sê-lo apenas trimestralmente. Isto explica a relativa fluidez do gráfico após este ano.

Figura 2.3.2.3.1: Alterações no Índice de Preços ao Consumidor em Timor-Leste entre 2006 e 2011 (%)

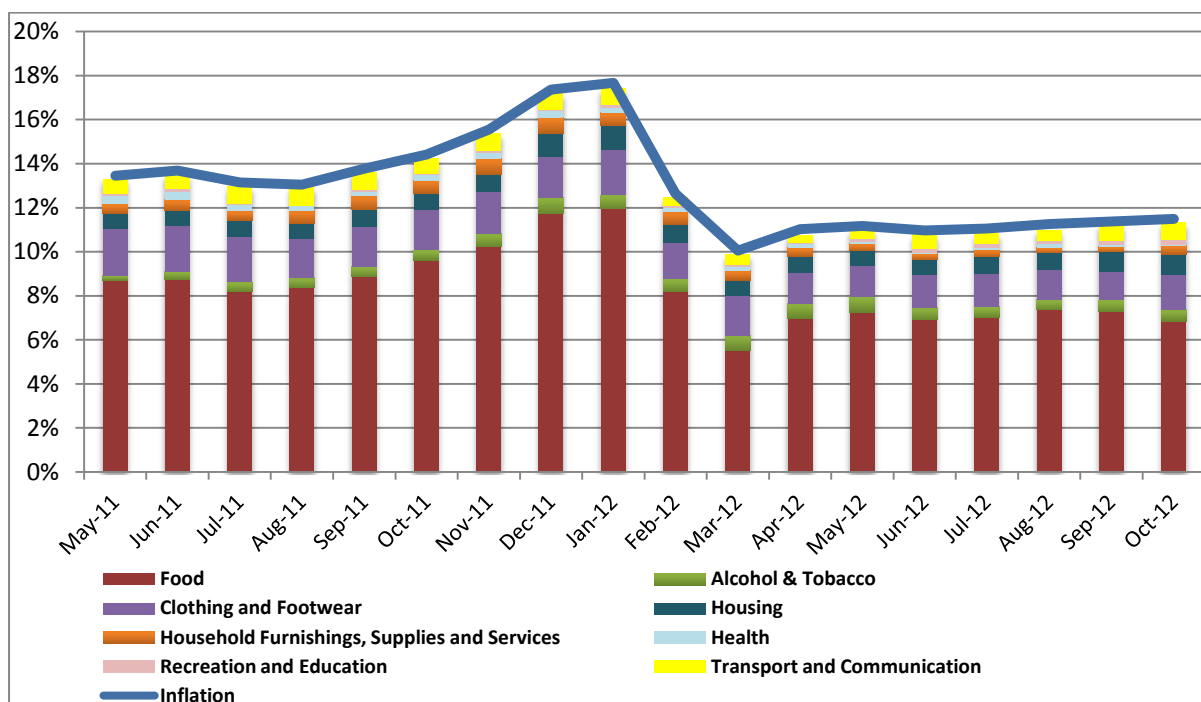


Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Direcção de Estatísticas, Ministério das Finanças 2012

As movimentações no IPC em Díli e Timor-Leste como um todo estão em linha com as movimentações nos preços de alimentos e bebidas, já que esta categoria representa só por si cerca de 60% do peso do cabaz do IPC, conforme se pode ver na Figura 2.3.2.3.2. O aumento da produção doméstica de alimentos, a redução de engarrafamentos na oferta (acesso mais fácil aos mercados) e a melhoria da cadeia de valor agrícola poderão ajudar a reduzir a dependência da importação de determinados bens e, por via do fomento da oferta doméstica, a reduzir pressões inflacionárias sobre alimentos.

Os principais impulsionadores da inflação foram a depreciação do dólar americano comparativamente com as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, o aumento nos preços de produtos (sobretudo alimentos) e o aumento da procura doméstica motivado por despesas governamentais.

Figura 2.3.2.3.2: Alteração no IPC homólogo em Díli por categoria (%) (Maio de 2011 a Outubro de 2012)



Fontes: Direcção Nacional da Política Economia e Direcção de Estatísticas, Ministério das Finanças 2012

2.3.2.4: Emprego

Uma publicação recente faz uma descrição valiosa da estrutura do emprego na economia. O Estudo da População Activa (EPA) de 2010 indica que aquando da condução do estudo a população activa era composta por 262.000 indivíduos, dos quais 252.000 estavam empregados e 9.000 estavam desempregados. Entre os empregados, 27,9% trabalhavam em zonas urbanas e os restantes 72,1% eram trabalhadores rurais. Quase 68,2% de todos os indivíduos empregados eram do sexo masculino. Estes dados sugerem que a taxa oficial de desemprego em Timor-Leste estava abaixo dos 4%. Todavia, segundo o EPA existe uma fatia muito significativa da população (58,3% dos quais tinham mais de 15 anos) que estava inactiva, ou seja, composta por indivíduos nem empregados nem desempregados.

Estes números indicam que a população de Timor-Leste continua muito orientada para o trabalho agrícola e que o peso da mão-de-obra feminina permanece extremamente baixo. Para lá disto, a elevada taxa de inactividade da população, que reflecte sobretudo o alto número de estudantes no país, sugere que a população activa deverá aumentar consideravelmente ao longo dos próximos anos. Isto significa que terá de ser criado um grande número de postos de trabalho para evitar o aumento da taxa de desemprego.

2.3.3: Perspectivas no curto a médio prazo (2012 a 2017)

Tabela 2.3.3.1: Alvos e Previsões Económicas para 2012 a 2017

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Crescimento económico real Sector não petrolífero	10,6%	10,4%	10,2%	11,5%	12,1%	12,8%
Inflação (de ano para ano)	11,7%	7,6%	7,7%	7,7%	7,7%	7,7%
Receitas domésticas (milhões de dólares)	134,1	146,3	162,9	181,5	200,1	218,4

Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Direcção de Estatísticas, Ministério das Finanças 2012

A médio prazo está previsto um crescimento forte, com dois dígitos (Tabela 2.3.3.1). Estas taxas de crescimento reflectem o esforço do Governo em termos de investimento na formação de capital, a espinha dorsal da actividade económica no médio a longo prazo em Timor-Leste. Isto envolve investimentos necessários a nível de capital físico, sobretudo através do Fundo das Infra-estruturas, mas também ao nível de capital humano, já que o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste requer uma população saudável e instruída.

A maior parte dos projectos financiados através do Fundo das Infra-estruturas são plurianuais. O verdadeiro efeito destes investimentos na economia só será assim sentido quando os projectos forem concluídos e os agentes económicos puderem fazer uso dos mesmos.

Os efeitos das iniciativas do Governo a nível do investimento em capital humano, reflectidas por exemplo num orçamento forte para o FDCH e em aumentos nos salários e vencimentos para profissionais da saúde e para profissionais do ensino superior que beneficiam do novo estatuto de carreira, deverão igualmente ter reflexos no crescimento económico apenas a médio e longo prazo.

Ao mesmo tempo, o Governo pretende desenvolver sectores económicos não petrolíferos essenciais, como por exemplo o turismo e a agricultura, que irão beneficiar dos investimentos acima referidos e de outros projectos específicos em curso, nomeadamente certos projectos do PDD1 e PDD2, bem como do recém-estabelecido PDID.

Estes são os factores principais por detrás das taxas de crescimento económico real superiores a 12%, pretendidas a partir de 2016.

As taxas muito elevadas de crescimento económico real na segunda metade da presente década reflectem também os esforços e a determinação do Governo para reduzir a inflação a médio prazo para valores abaixo dos 8%. Estas taxas de inflação são reconhecidas como estando acima do alvo de 4 a 6% estabelecido no PED, porém são consideradas realistas em face do contexto de forte actividade económica. Pretende-se que sejam atingidas e mantidas taxas de inflação de 4 a 6% na segunda década do PED.

A secção 2.5.2. discute as projecções de Receitas Domésticas.

2.4: Despesas e compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento

2.4.1 Despesas por fundo

A tabela seguinte mostra as despesas por fundo em milhões de dólares. O FCTL, o Fundo de Infra-estruturas e a conta do FDCH representam respectivamente 55,8%, 41,9% e 2,4% do total das despesas do Governo em 2013. As despesas no Fundo de Infra-estruturas caíram em 2013, uma vez que o Governo pretende manter a sustentabilidade fiscal e garantir a implementação efectiva dos projectos existentes. As despesas no FCTL aumentaram devido à subida dos gastos nos sectores sociais e à necessidade de manter e operar as infra-estruturas de geração de electricidade construídas recentemente.

Tabela 2.4.1.1 Despesas por fundo, milhões de dólares

	Concreto em 2011	Orçamento para 2012 *	Orçamento para 2013**	Orçamento para 2014	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017
Orçamento de Fontes Combinadas	1.379,8	2.028,3	1.997,9	2.088,9	2.080,0	2.017,1	2.052,6
<i>Despesas do Governo por Fundo</i>	<i>1.095,9</i>	<i>1.806,5</i>	<i>1.797,5</i>	<i>1.950,5</i>	<i>2.047,4</i>	<i>2.014,0</i>	<i>2.052,6</i>
FCTL	604,7	893,9	1.002,2	1.042,3	1.084,0	1.127,3	1.172,4
FDCH	16,8	37,5	42,4	40,0	45,0	45,0	49,0
Fundo de Infra-estruturas	474,4	875,1	752,9	868,2	918,4	841,7	831,2
<i>Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento</i>	<i>283,9</i>	<i>221,8</i>	<i>200,4</i>	<i>138,4</i>	<i>32,6</i>	<i>3,1</i>	<i>0,0</i>

* Orçamento final para 2012 após rectificação e trânsito de saldos

** Após trânsito de saldos

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2012

2.4.2 Despesas do CFET / FCTL

O FCTL é o fundo principal do Governo de Timor-Leste. Este fundo inclui os orçamentos dos ministérios e as despesas em todas as cinco categorias de dotação. A tabela seguinte mostra as despesas por categoria de dotação no FCTL. O principal aspecto a reter em relação a esta tabela é a subida considerável dos Salários e Vencimentos 15,3% e dos Bens e Serviços (R) 20,8% entre 2012 e 2013. Em sentido inverso, as Transferências cresceram moderadamente, nomeadamente 1,2% entre 2012 e 2013.

Tabela 2.4.2.1: Despesas do CFTL por categoria de dotação, milhões de dólares

	Orçamento para 2011	Orçamento para 2012*	Orçamento para 2013**	Orçamento para 2014	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017
Total das Despesas do FCTL	604,7	893,9	1.002,2	1.042,3	1.084,0	1.127,3	1.172,4
<i>Recorrentes</i>	491,0	719,9	816,0	848,7	882,6	917,9	954,6
Salários e Vencimentos	111,6	139,0	160,3	166,7	173,3	180,3	187,5
Bens e Serviços	236,7	347,1	419,3	436,1	453,5	471,7	490,5
Transferências Públicas	142,6	233,7	236,5	245,9	255,8	266,0	276,6
<i>Capital</i>	113,8	174,0	186,2	193,6	201,4	209,4	217,8
Capital Menor	27,2	49,2	47,2	49,0	51,0	53,0	55,2
Capital e Desenvolvimento	86,6	124,8	139,0	144,6	150,4	156,4	162,6

* Orçamento final para 2012 após rectificação e trânsito de saldos

** Após trânsito de saldos

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2012

As próximas cinco secções discutem de forma detalhada novas medidas e despesas em relação a Salários e Vencimentos, Bens e Serviços, Transferências Públicas, Capital Menor e Capital e Desenvolvimento.

2.4.2.1: Salários e vencimentos

O aumento dos Salários e Vencimentos para 160,3 milhões de dólares está em linha com a política governamental de criar uma função pública eficaz e de melhorar as qualificações, o profissionalismo e os serviços prestados pelos funcionários em serviços essenciais como sejam a segurança, o ensino superior e a saúde. As políticas principais que aumentaram as despesas com Salários e Vencimentos em 2013, comparativamente com 2012, incluem:

- Aumento do orçamento de Salários e Vencimentos do Ministério da Saúde para 22,1 milhões de dólares, devido sobretudo ao novo estatuto de carreira para profissionais de saúde. Este estatuto irá aumentar a remuneração dos profissionais de saúde com qualificações apropriadas, motivando-os a trabalhar de forma consciente, eficaz e efectiva. O Governo será também capaz de empregar e compensar devidamente os profissionais de saúde recém-qualificados que regressam de Cuba. A existência de pessoal mais qualificado e motivado deverá melhorar a qualidade dos cuidados de saúde em Timor-Leste a longo prazo.
- O pagamento de professores que anteriormente trabalhavam num regime de voluntariado no Ministério da Educação no montante de 10 milhões de dólares.
- Aumento do orçamento de Salários e Vencimentos da UNTL para 7,6 milhões de dólares, devido ao novo estatuto de carreira para profissionais do ensino superior. Este regime

conduzirá a salários mais competitivos e justos para empregados no sector do ensino superior. Motivará também o pessoal a melhorar as suas qualificações e permitirá o recrutamento de pessoal mais qualificado. A longo prazo este regime deverá também contribuir para melhorar a qualidade do ensino superior, uma meta destacada no PED e no Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste.

- Aumento do orçamento de Salários e Vencimentos da PNTL para 13,6 milhões de dólares. Este aumento está associado ao emprego de mais polícias de ambos os sexos para continuar a melhorar a segurança.
- Aumento do orçamento de Salários e Vencimentos das F-FDTL para 7,9 milhões de dólares. Este aumento está associado ao recrutamento de novos soldados para aumentar a capacidade da força de defesa.
- Um aumento de verbas de 9,1 milhões de dólares no Ministério dos Negócios Estrangeiros associado ao estabelecimento de embaixadas no Reino Unido e na Nova Zelândia, bem como ao estabelecimento de consulados em Darwin e Atambua.

2.4.2.2: Bens e serviços

O orçamento para esta categoria é de 419,3 milhões de dólares. As principais novas medidas nesta área incluem:

- 117,8 milhões de dólares para pagar combustível para geradores na EDTL. O Governo considera que este orçamento é necessário para pagar o aumento no volume de combustível necessário, em resultado de a EDTL gerar mais electricidade. O aumento na capacidade de geração deve-se à conclusão da central eléctrica de Hera e à conclusão esperada da central eléctrica de Betano em Fevereiro de 2013.
- O orçamento de Bens e Serviços da Ministério das Obras Públicas aumentou 10,0 milhões de dólares para cobrir o funcionamento e manutenção a central eléctrica de Hera. Este orçamento deverá ajudar a garantir que Hera continua a funcionar de forma eficiente e efectiva a longo prazo.
- 7,0 milhões de dólares para a compra de medicamentos no Ministério da Saúde. O Governo considera que este orçamento contribuirá para melhores cuidados e resultados a nível da saúde em Timor-Leste.
- 3,0 milhões de dólares na Agricultura para a compra de sementes. Este orçamento deverá conduzir a um aumento no volume e na produção do sector agrícola em anos futuros, contribuindo assim para melhorar a segurança alimentar e reduzir a subnutrição.

2.4.2.3: Transferências públicas

O orçamento total para transferências públicas em 2013 é de 236.5 milhões de dólares. As principais medidas nesta área incluem:

- 84.8 milhões de dólares para a Direcção Nacional dos Veteranos no Ministério da Solidariedade Social, destinados ao pagamento de benefícios pessoais a combatentes da libertação nacional.
- 38,2 milhões de dólares destinados ao pagamento de benefícios de 30 dólares por mês aos cidadãos com mais de 60 anos de idade e àqueles com incapacidades comprovadas para trabalhar.
- 18,0 milhões de dólares para o gabinete do Primeiro-Ministro a fim de apoiar ONGs e organizações religiosas locais e internacionais. Estes órgãos prestam uma contribuição importante para a cultura, bem-estar espiritual e desenvolvimento de Timor-Leste.
- 10,5 milhões de dólares para o programa de dinheiro por trabalho na SEFOPE. Este programa contribui para a redução do desemprego.
- 8,0 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal a fim de pagar o novo programa PNDS para ajudar aldeias. Este programa deve fomentar o desenvolvimento local.
- 3,7 milhões de dólares para pagar as pensões a funcionários públicos. Este montante assenta num custeamento detalhado das pensões, de acordo com as provisões da lei recém-aprovada.
- 3,0 milhões de dólares para compensações referentes a terrenos e 5 milhões para o programa “Ita nia rai / a sua terra” no Ministério da Justiça .

2.4.2.4: Capital menor

Foram alocados 47,2 milhões de dólares para capital menor em 2013, o que representa um decréscimo de 4,1% comparativamente com 2012. Isto está em linha com a política governamental de controlar cuidadosamente o crescimento das despesas nesta categoria de dotação. As novas medidas que afectam o capital menor são:

- 5,0 milhões de dólares para a compra de equipamentos médicos no Ministério da Saúde. Este orçamento inclui dinheiro para comprar iluminação e mesas para teatros de operações, ECGs (máquinas de monitorização electrónica de corações), máquinas de anestesia, um desfibrilhador e outros equipamentos médicos. Estes gastos deverão melhorar a capacidade do serviço de saúde para diagnosticar e tratar doenças, em especial condições não transmissíveis.

- 5,0 milhões de dólares para a compra de equipamentos de contagem de electricidade no Ministério das Obras Públicas.
- 3,0 milhões de dólares para a compra de equipamentos de água e saneamento no Ministério das Obras Públicas.
- 1,3 milhões de dólares para a compra de mobiliário na PNTL e na FDTL. Este orçamento é necessário para mobilar 300 casas usadas como habitação para soldados e polícias.
- 1,2 milhões de dólares para a compra de veículos e equipamentos com vista a melhorar a segurança e a eficiência em aeroportos. Estas despesas incluem a compra de um sistema contra incêndios para o aeroporto.

2.4.2.5: Capital e desenvolvimento

A tabela seguinte mostra as despesas de Capital e Desenvolvimento do FCTL. A maior parte das despesas ocorre nos programas de desenvolvimento distrital. Estes programas aproveitam o sucesso dos programas anteriores de desenvolvimento distrital, continuando a financiar o desenvolvimento de infra-estruturas em pequena escala de acordo com as necessidades de comunidades locais.

Sob estes programas serão construídas estradas, instalações de ensino, instalações de saúde sistemas de abastecimento de água e saneamento e de irrigação. Os projectos destes programas são adjudicados a empresas timorenses de construção civil, fomentando assim o desenvolvimento local e mantendo os lucros em Timor-Leste. Estes programas providenciam igualmente oportunidades de emprego a muitos trabalhadores timorenses e contribuem para o desenvolvimento, crescimento económico e redução da pobreza em todos os distritos de Timor-Leste.

Tabela 2.4.2.5.1 Despesas de Capital e Desenvolvimento no PDID e no FCTL, milhões de dólares

	Orçamento para 2011	Orçamento para 2012*	Orçamento para 2013**	Orçamento para 2014	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017
PDD1 Sub-distrito, Suco e Aldeia (reafecção)	15,8	34,4	18,8	N/D	N/D	N/D	N/D
PDD2 Distrito (reafecção)	26,6	30,1	6,3	N/D	N/D	N/D	N/D
Programa PDID (de 2013 em diante)	N/D	N/D	68,2	97,0	100,9	104,9	109,1
Ministérios / Instituições	44,1	60,3	45,7	47,5	49,5	51,4	53,5
Total de Capital e Desenvolvimento	86,6	124,8	139,0	144,6	150,4	156,4	162,6

* Orçamento final para 2012 após rectificação e trânsito de saldos

** Após trânsito de saldos

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2012

O Governo está empenhado numa distribuição justa e transparente dos projectos do PDID, PDD1 e PDD2 nos distritos espalhados por Timor-Leste. Para tal são organizadas reuniões com chefes de Suco, cidadãos e líderes comunitários, a fim de identificar procura em relação a diferentes projectos. Estes projectos são então compilados e analisados pelo Ministério da Administração Estatal para garantir que os gastos sob estes programas estão em linha com a sustentabilidade fiscal. O Ministério da Administração Estatal determina também a distribuição do orçamento do PDID, PDD1 e PDD2 entre diferentes distritos usando uma fórmula que depende em parte da população por distrito. O Comité de Revisão do Orçamento toma a decisão final relativamente à inclusão de projectos no Orçamento de Estado proposto ao Parlamento. O Governo está empenhado em mostrar as despesas em diferentes distritos de forma clara e transparente. O Livro Orçamental 3 mostra os gastos totais e os gastos per capita relativamente a projectos do PDID, PDD1 e PDD2 em cada distrito.

As despesas de capital e desenvolvimento do FCTL continuam a ser relativamente reduzidas. Isto está em conformidade com a política governamental de construir novas infra-estruturas sobretudo através de projectos plurianuais incluídos no Fundo das Infra-estruturas.

2.4.3: Fundo das Infra-estruturas

As infra-estruturas são muito importantes. Para desenvolver e apoiar uma economia moderna e produtiva é necessário que haja estradas, um fornecimento fiável de electricidade e sistemas de telecomunicações. As actuais infra-estruturas de Timor-Leste são inadequadas e podem estar a condicionar o crescimento do sector privado. O Governo está empenhado em melhorar esta situação através da construção das infra-estruturas básicas necessárias para níveis elevados de crescimento económico. De modo a construir estas necessidades o Governo estabeleceu o Fundo das Infra-estruturas em 2011. Foram igualmente estabelecidos o Secretariado dos Grandes Projectos (SGP), a Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA) e a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) para avaliar, aprovisionar e monitorizar projectos no Fundo.

A Tabela 2.4.3.1 mostra a distribuição do orçamento do Fundo das Infra-estruturas por programa. A coluna B indica o orçamento final para 2012 após trânsito de saldos e rectificação. A coluna C indica a actual previsão do Governo relativamente às despesas concretas no final do ano de 2012. A coluna D apresenta o trânsito de saldos de 2012 para 2013. O trânsito é calculado como o orçamento final menos as despesas previstas para o final do ano. A coluna E indica o montante adicional a ser dotado em 2013. A coluna F apresenta o orçamento final para 2013 relativo a cada programa, sendo igual ao trânsito de saldos de 2012 para 2013 (coluna D) mais a nova dotação (coluna E).

Foram feitos todos os esforços para prever com precisão as despesas de final do ano. O Ministério das Finanças previu despesas de final de ano em separado para cada projecto, com base num estudo detalhado da sua etapa no ciclo de aprovisionamento e, caso se

aplique, numa análise dos contratos relevantes e numa avaliação de quando os pagamentos a adjudicatários deverão vencer. Todavia é possível que os programas venham a gastar abaixo ou acima do previsto devido a factores impossíveis de prever e que escapam ao controlo do Governo. Por exemplo, o Governo pode prever que uma secção de estrada seja concluída em Novembro, com o pagamento ao empreiteiro a ser devido em Dezembro. Porém, chuvas superiores ao normal em Outubro e Novembro podem atrasar a construção, o que significa que o empreiteiro já não terá direito a ser pago em Dezembro. Isto pode fazer com que a estimativa seja superior à despesa concreta.

O trânsito do saldo por gastar do Fundo das Infra-estruturas está de acordo com a melhor prática internacional e com as políticas governamentais. Muitos dos grandes projectos do Fundo de Infra-estruturas são realizados através de contratos plurianuais assinados entre o Governo e empreiteiros do sector privado. Por norma estes contratos especificam pagamentos múltiplos, com cada pagamento a depender da conclusão de um componente da construção / projecto. Os pagamentos podem ser atrasados devido a atrasos na construção resultantes de condições meteorológicas ou a outros eventos fora do controlo do Governo. Isto pode fazer com que o orçamento de um ano não seja utilizado na totalidade em virtude de cobrir pagamentos que são entretanto adiados para o ano financeiro seguinte. Ao fazer o trânsito do orçamento do Fundo de Infra-estruturas para cada projecto, o Governo está a assegurar a protecção do dinheiro para pagar a empreiteiros relativamente a projectos plurianuais. Isto simplifica a orçamentação já que os orçamentos de projectos não têm de ser calculados a partir do zero todos os anos. O Governo pode também aumentar a execução, já que o orçamento após o transporte deve ser suficiente para cobrir pagamentos que possam vencer. Ao assegurar orçamentos ao longo de vários anos o sistema oferece também um grau de segurança aos empreiteiros e reduz as suas percepções a respeito do risco de não pagamento. Com frequência as empresas estão preparadas para aceitar margens de lucro menores em projectos onde considerem que o risco de não serem pagas pelo trabalho efectuado é reduzido. A longo prazo o trânsito do orçamento do Fundo de Infra-estruturas pode assim contribuir para custos de aprovisionamento mais baixos e para despesas mais eficientes.

A Tabela 2.4.3.1 mostra igualmente a distribuição das despesas do Fundo das Infra-estruturas através de diferentes programas. Os três maiores programas em termos de percentagem do total das despesas orçamentadas são a Electricidade (23,1%), o projecto de Tasi Mane (18,5%) e as Estradas (15,4%). Esta distribuição de despesas está em linha com as políticas governamentais no PED e no programa do Governo, destacando vivamente a importância destes sectores para o desenvolvimento de Timor-Leste.

2.4.3.1 Despesas do Fundo das Infra-estruturas por programa, milhões de dólares

A. Projecto de Infra-estruturas	B. Orçam. para 2012 após Transferências e Trânsito de Saldos	C. Concreto previsto para 2012	D. Trânsito de saldos de 2012 para 2013 (=B-C)	E. Dotações adicionais para 2013	F. Orçamento final para 2013 (=D+E)	G. Orçamento para 2014	H. Orçamento para 2015	I. Orçamento para 2016	J. Orçamento para 2017
Agricultura e Pescas	9,2	3,5	5,8	4,2	10,0	26,9	37,0	20,7	10,0
Água e Saneamento	13,5	4,9	8,6	2,8	11,4	13,2	27,0	35,0	37,0
Desenvolvimento Urbano e Rural	7,1	0,0	7,1	0,5	7,6	5,0	1,0	0,0	0,0
Electricidade	301,8	291,8	10,0	163,9	173,9	91,5	89,0	49,0	39,0
Estradas	114,4	45,9	68,5	47,5	116,0	166,8	115,2	85,6	45,9
Pontes	31,1	17,3	13,8	6,5	20,3	13,0	7,2	2,0	2,0
Aeroportos	9,5	0,0	9,5	0,0	9,5	26,0	24,0	20,0	20,0
Portos	10,7	0,7	10,0	1,0	11,0	21,8	29,0	35,0	50,0
Tecnologias de Informação	12,0	6,2	5,8	4,7	10,5	7,2	5,5	0,0	0,0
Edifícios Públicos	49,9	13,0	36,9	12,1	49,0	97,9	65,6	17,3	0,0
Educação	11,3	1,4	9,9	2,5	12,4	18,6	22,0	20,0	0,0
Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	117,5	14,0	103,5	-15,5	88,0	81,5	65,0	65,0	61,1
Saúde	6,4	4,1	2,3	0,3	2,7	3,4	3,0	0,0	0,0
Segurança e Defesa	12,6	4,8	7,8	13,1	20,9	6,0	1,5	0,0	0,0
Solidariedade Social	1,9	1,6	0,4	1,3	1,7	1,8	1,0	1,0	1,0
Projecto de Tasi Mane	123,0	21,6	101,5	38,0	139,4	184,0	269,4	330,5	400,0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	0,0	0,0	0,0	25,2	25,2	33,2	35,2	38,9	42,3
Programa de Empréstimos	43,1	0,0	43,1	0,5	43,6	70,6	120,9	121,7	123,0
Total das Infra-estruturas (por programa)	875,1	430,8	444,4	308,5	752,9	868,2	918,4	841,7	831,2

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2012

2.4.4: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

A Tabela 2.4.4.1 mostra o orçamento do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano por programa. O trânsito de saldos para cada programa é apresentado de forma clara. O maior programa no FDCH é o de atribuição de Bolsas de Estudo. Este programa deve contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do capital humano em Timor-Leste.

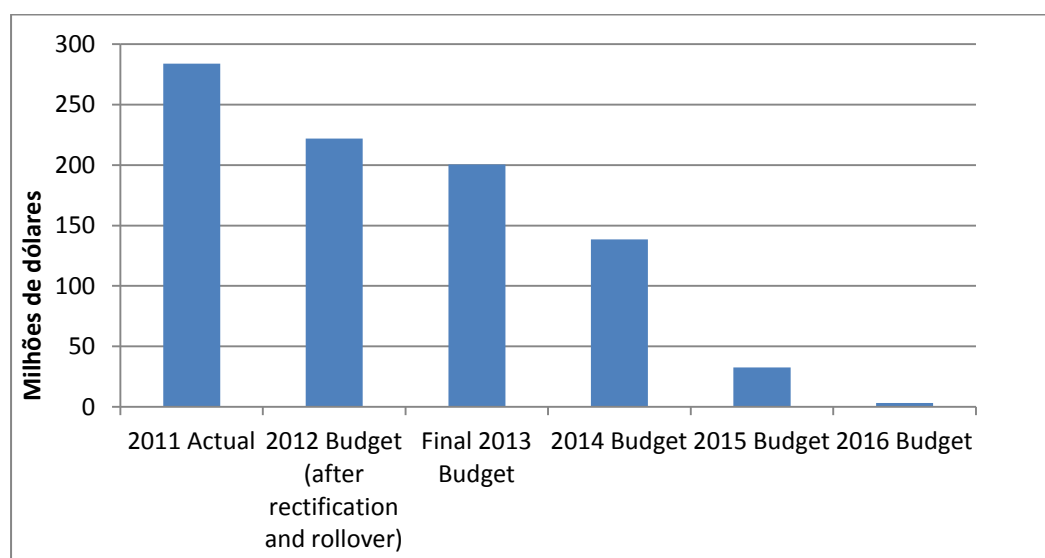
Tabela 2.4.4.1 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano por programa, milhões de dólares

	Trânsito de saldos de 2012 para 2013	Dotações adicionais para 2013	Orçamento final para 2013	Orçamento para 2014	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017
Formação vocacional	0,6	4,3	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Formação técnica	0,0	3,1	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Bolsas de estudo	6,4	16,9	23,3	11,9	11,2	9,5	9,5
Outra formação	1,6	9,7	11,2	2,1	12,0	11,0	12,0
Novas alocações (FDCH)	0,0	0,0	0,0	26,1	21,8	24,5	27,5
Total	8,5	33,9	42,4	40,0	45,0	45,0	49,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2012

2.4.5 Parceiros de Desenvolvimento

Tabela 2.4.5.1: Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento entre 2011 e 2016, milhões de dólares



Fonte: Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2012

Os Parceiros de Desenvolvimento contribuirão com um total de 200,4 milhões de dólares em concessões para Timor-Leste em 2013, representando 10,0% do total do Orçamento de Fontes Combinadas. O Livro 5 delinea e discute os detalhes destes compromissos. Deve ser referido que os empréstimos em condições favoráveis não estão incluídos nestes números.

2.4.6 Apoio à Cultura Timorense

O Governo está empenhado em honrar e apoiar a cultura única de Timor-Leste e a dignidade do povo timorense. Para tal o Orçamento de Estado para 2013 inclui

financiamento com vista ao apoio de actividades culturais e religiosas. As despesas específicas nesta área incluem, entre outras:

- 18,0 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro a fim de apoiar ONGs e organizações religiosas internacionais e locais. Estes órgãos prestam um contributo importante à cultura, bem-estar espiritual e desenvolvimento de Timor-Leste.
- Despesas para apoiar museus e eventos culturais no orçamento do Ministério do Turismo.

2.5: Receitas

2.5.1: Panorama das projecções de receitas

A Tabela 2.5.1.1 mostra o total das receitas projectadas para Timor-Leste até 2017. A tendência gradual de descida das receitas petrolíferas manter-se-á no geral, com a excepção de 2015. As receitas domésticas, embora estejam a crescer de forma robusta, continuam a representar uma fatia pequena das receitas gerais, pelo que não compensam totalmente a redução nas receitas petrolíferas. Isto conduz a um cenário de descida das receitas totais, o que torna ainda mais importante incidir nos fluxos de receitas domésticas no futuro.

Tabela 2.5.1.1 Total das receitas, 2011 a 2017, milhões de dólares

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Concreto	Estimativa	Projeção				
Total das receitas	3.348,6	2.887,5	2.455,4	2.134,8	2.358,2	2.344,7	2.276,9
Receitas domésticas	108,5	134,1	146,3	162,9	181,5	200,1	218,4
Receitas petrolíferas	3.240,1	2.753,4	2.309,1	1.971,9	2.176,7	2.144,7	2.058,5

Fonte: Direcção Nacional da Política Economia e Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

2.5.2: Receitas domésticas

2.5.2.1: Panorama

Tabela 2.5.2.1.1: Receitas domésticas entre 2011 e 2017, milhões de dólares

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Concreto	Estimativa	Projeção				
Total das receitas domésticas	108,5	134,1	146,3	162,9	181,5	200,1	218,4
Impostos directos	27,9	39,2	42,0	48,3	55,0	61,8	68,9
Impostos indirectos	50,7	57,4	64,0	70,3	78,4	86,7	95,2
Outras receitas fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas e pagamentos	11,6	12,7	14,5	15,0	15,6	16,3	16,9
Receitas de jogos sociais	0,5	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Venda de arroz	1,0	5,0	2,5	2,6	2,7	2,8	2,9
Venda de produtos locais	0,0	0,2	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
Juros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Instituições autónomas	16,8	19,3	22,7	25,9	28,9	31,6	33,6

Fonte: Direcção Nacional da Política Economia, Ministério das Finanças, 2012

As receitas domésticas são compostas sobretudo por impostos, taxas e pagamentos, outros fluxos de receitas não fiscais (incluindo o programa de subsídio ao arroz) e instituições autónomas. A Tabela 2.5.2.1.1 mostra o caminho de crescimento previsto para cada uma

destas categorias, que no geral apresentam subidas. Está previsto que as receitas domésticas aumentem 9,2% em 2013 comparativamente com 2012.

2.5.2.2: Impostos

A Tabela 2.5.2.2.1 mostra as projecções de receitas por categoria e tipo de imposto. Depois de aumentar de forma acentuada em 2012 para uns estimados 39.2 milhões de dólares, prevê-se que o crescimento modere para 42,0 milhões em 2013, antes de voltar a subir em anos futuros. Estas alterações devem-se em grande medida ao investimento acrescido do Governo na economia através de despesas de capital. Os contratos de construção estão sujeitos a imposto de retenção, o que explica a maior parte do crescimento a nível de impostos directos. Todavia, com o orçamento para as infra-estruturas a descer em 2013, é previsível que o imposto de retenção não cresça tanto esse ano, devendo então retomar um crescimento mais forte nos anos seguintes. Está previsto que os impostos sobre os salários continuem a subir a um nível moderado, ao passo que o imposto sobre o rendimento continua a crescer mais depressa em resultado da abertura de mais empresas privadas. anos futuros.

Tabela 2.5.2.2.1: Total de receitas fiscais entre 2011 e 2017, milhões de dólares

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Concreto	Estimativa	Projecções				
Total de impostos	78,6	96,6	106,0	118,6	133,4	148,6	164,1
Impostos directos	27,9	39,2	42,0	48,3	55,0	61,8	68,9
Imposto sobre os salários	8,1	8,4	9,1	9,9	10,9	12,1	13,4
Salários individuais	0,6	1,0	1,1	1,2	1,3	1,5	1,6
Rendimentos individuais incluindo outros	7,4	7,3	8,0	8,7	9,6	10,6	11,8
Imposto sobre o rendimento	4,2	6,5	7,6	9,0	10,3	11,6	13,0
Imposto de retenção	15,6	24,3	25,3	29,4	33,8	38,2	42,5
Impostos indirectos	50,7	57,4	64,0	70,3	78,4	86,7	95,2
Imposto sobre serviços	4,0	4,5	5,2	6,0	6,9	8,0	9,2
Imposto sobre vendas	8,2	15,4	15,9	18,6	21,2	23,9	26,5
Imposto sobre o consumo	22,0	26,4	31,7	34,5	39,0	43,5	48,1
Direitos de importação	16,4	11,1	11,2	11,2	11,3	11,3	11,4
Outras receitas fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Direcção Nacional da Política Económica, Ministério das Finanças, 2012

A projecção em termos de impostos indirectos em 2013 é de 64,0 milhões de dólares, dando continuidade ao crescimento robusto verificado em 2012. Isto reflecte sobretudo o facto de que Timor-Leste, na qualidade de pequena nação ilha em vias de desenvolvimento, está muito dependente de importações para consumo doméstico e investimento. Prevê-se que o imposto sobre o consumo e os direitos de importação representem mais de dois terços dos impostos indirectos em 2013 e grande parte do crescimento no futuro. As alterações à política fiscal, como por exemplo a introdução do IVA, podem alterar estas projecções em

2.5.2.3: Taxas e pagamentos

A Tabela 2.5.2.3.1 contém os rendimentos projectados referentes a taxas e pagamentos de utilização, os quais deverão subir dos 12,7 milhões de dólares em 2012 para 14,5 milhões em 2013. As taxas e pagamentos são a parte mais variável do sistema tributário, com várias alterações nas suas categorias a cada ano – como por exemplo a discriminação em várias categorias das taxas sobre veículos em 2012, ou novas categorias tais como multas por abate ilegal de árvores ou arrendamento de propriedades do governo. Assim sendo esta secção – e em especial as partes que a compõem – estão sujeitas a alterações em anos futuros com base em novos fluxos de receitas ou novas políticas governamentais.

Tabela 2.5.2.3.1: Projecções de taxas e pagamentos entre 2011 e 2017, milhões de dólares

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Concreto	Estimativa	Projecções				
Total de taxas e pagamentos	11,6	12,7	14,5	15,0	15,6	16,3	16,9
Taxas de registo de empresas	0,7	1,4	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6
Taxas postais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Arrendamento de propriedades	2,8	2,9	2,9	3,1	3,2	3,3	3,4
Taxas de água	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Propinas da universidade nacional	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8
Taxas de registo de veículos	1,2	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8
Taxas de inspecção de veículos	0,0	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Inspecção de veículos importados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de cartas de condução	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Taxas do <i>franchising</i> de transportes públicos	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Multas de transportes	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outras taxas de transportes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bis e passaportes	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Taxas de vistos	1,2	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1
Taxas médicas e hospitalares	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Outras taxas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de tribunal	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dividendos, lucros e ganhos	2,5	3,6	4,3	4,5	4,6	4,8	5,0
Coimas e abandonos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extracção mineira e exploração de pedreiras	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de rádio e televisão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receitas de documentos de propostas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Leilões	0,1	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Taxas de embaixada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Multas por abate ilegal de árvores	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Arrendamento de propriedades do Governo	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxa de registo de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas não fiscais	1,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: Direcção Nacional da Política Económica, Ministério das Finanças, 2012

2.5.2.4: Outros fluxos de receitas

Os outros principais fluxos de receitas são os jogos sociais, a venda de arroz, a venda de produtos locais e os juros. A venda de arroz é de longe o maior e o mais variável, com as projecções futuras a serem dificultadas pelas evoluções nas políticas governamentais e pela incerteza em torno dos totais a importar, dos totais a serem vendidos com subsídios (ao invés de serem usados no programa de almoços escolares) e dos preços futuros do arroz a nível internacional. As projecções assentam nas compras previstas do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente para 2013 e nos preços do arroz no passado. Aumentos graduais previstos para anos futuros, atendendo a novas políticas ou flutuações nos preços do arroz ou de outros alimentos podem alterar este cenário de forma significativa.

Os outros fluxos de receitas têm um muito menor impacto nas receitas totais, estando previsto que as receitas provenientes de juros e dos jogos sociais continuem baixas mas constantes nos próximos anos. Todavia a venda de produtos locais pela Secretaria de Estado da Segurança Alimentar deverá aumentar ligeiramente mais nos próximos anos, ainda que tal esteja também dependente de variáveis incertas como por exemplo os preços internacionais dos alimentos.

2.5.2.5: Instituições autónomas

Tabela 2.5.2.5.1: Instituições autónomas entre 2011 e 2017, milhões de dólares

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Concreto	Estimativa	Projecções				
Total das instituições autónomas	16,8	19,3	22,7	25,9	28,9	31,6	33,6
Gestão de equipamentos	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aviação	1,3	1,3	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6
Porto	2,5	2,7	3,3	3,4	3,5	3,7	3,8
EDTL	12,4	14,9	17,9	20,9	23,7	26,2	28,0
SAMES	0,5	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Direcção Nacional da Política Económica, Ministério das Finanças, 2012

A Tabela 2.5.2.5.1. mostra as receitas de instituições autónomas (gestão de equipamentos, Aviação, Portos, EDTL e SAMES), as quais deverão continuar a crescer gradualmente nos próximos anos. Contudo, estas tendências de receitas poderão ser mudadas por alterações radicais a nível de infra-estruturas, tal como aconteceu com as receitas da EDTL, as quais aumentaram significativamente desde a abertura da Central Eléctrica de Hera em 2011.

A EDTL é de longe o maior contribuinte para esta categoria, sendo esperado que as suas receitas aumentem de 14,9 milhões de dólares em 2012 para 17,9 milhões em 2013. Este aumento deve-se à procura cada vez maior por electricidade por parte de empresas e

consumidores domésticos, bem como aos esforços continuados para providenciar acesso à rede em todo o país e às melhorias aos mecanismos de cobrança.

Prevê-se que o crescimento nas receitas da aviação seja gradual, chegando aos 1,4 milhões de dólares em 2013, embora isto possa mudar com melhorias em infra-estruturas ou com o aumento do turismo.

Estima-se que as receitas do porto sejam de 3,3 milhões de dólares em 2013, dando assim continuidade a um caminho de crescimento significativo e gradual devido à dependência em relação a importações e a grandes projectos de construção civil.

2.5.3: Receitas petrolíferas e Fundo Petrolífero

Actualmente as receitas petrolíferas financiam a maior parte do orçamento do estado. O Fundo Petrolífero contribuirá para uma gestão sensata dos recursos petrolíferos em benefícios das gerações actuais e vindouras.

2.5.3.1 Fluxos de receitas petrolíferas

Tabela 2.5.3.1.1 Receitas petrolíferas estimadas entre 2011 e 2017, milhões de dólares

	Concreto em 2011*	Estimativa para 2012**	Orçamento para 2013	Orçamento para 2014	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016	Orçamento para 2017
Total das receitas petrolíferas	3.461,4	2.961,3	2.796,8	2.586,2	2.868,8	2.922,9	2.932,8
Juros do Fundo Petrolífero	221,2	207,8	487,7	614,3	692,1	778,3	874,3
Total das receitas petrolíferas excluindo juros	3.240,1	2.753,4	2.309,1	1.971,9	2.176,7	2.144,7	2.058,5
PTP / Direitos do BU***	202,6	170,5	154,4	147,5	153,9	147,4	141,3
Lucro petrolífero no BU	1.692,6	1.388,3	1.137,8	969,6	1.138,2	1.166,3	1.112,9
Imposto sobre rendimentos no BU	574,5	410,3	395,6	418,9	405,9	374,6	366,9
Imposto sobre lucros adicionais no BU	569,4	450,8	395,6	326,6	440,3	423,9	409,9
IVA no BU	15,6	13,1	13,4	12,9	9,4	9,9	10,2
Imposto sobre vencimentos no BU	14,9	10,0	8,5	8,7	8,8	9,0	9,2
Pagamentos de gasoduto no BU	8,0	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2
Outros pagamentos no BU	100,2	50,8	31,7	9,6	0,0	0,0	0,0
Imposto de retenção no BU	17,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Kitan	44,9	251,5	164,0	70,0	12,0	5,4	0,0

* Fluxo financeiro concreto para 2011

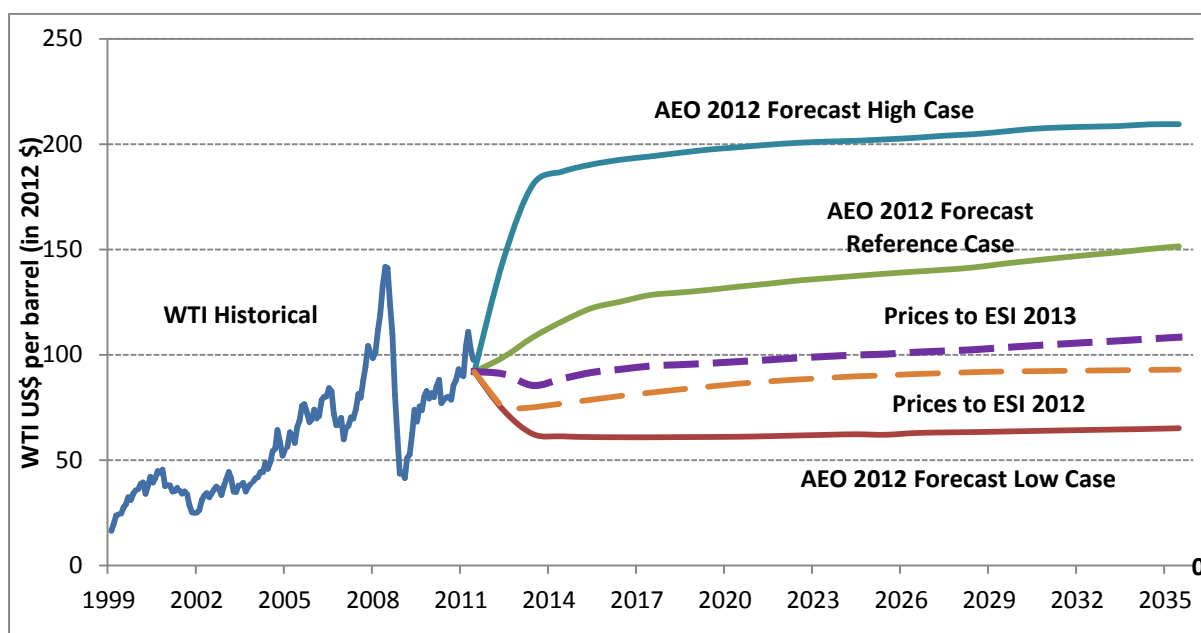
** Estimativa para 2012 com base em Julho de 2012. De 2012 em diante o imposto de retenção no BU é incluído no IVA no BU.

*** BU: Bayu Undan

Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

Os factores que conduzem o fluxo de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Comparativamente com o orçamento de estado para 2012, o preço do petróleo é aqui assumido como ligeiramente superior ao longo do período estimado, havendo apenas alterações menores em termos de produção e custos. As receitas petrolíferas do Bayu-Undan e de Kitan atingiram o pico em 2011 e deverão descer para 2.309,1 milhões de dólares em 2013 (excluindo juros), antes de estabilizarem temporariamente até 2017, como se pode ver nas Tabelas 2.5.3.1.1 e 2.5.3.1.2.

Figura 2.5.3.1.1 Alterações históricas e projecções futuras no preço do barril segundo a WTI (dólares por barril)



Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

Preços do petróleo

As estimativas sobre receitas petrolíferas assentam num preço médio do petróleo (West Texas Intermediate – WTI) em 2012 de 91 dólares por barril, comparativamente com 74 dólares por barril no orçamento para 2012.¹⁵ O preço médio do petróleo está previsto nos 87 dólares por barril em 2013 e nos 91 dólares por barril em 2014, o que está acima do anteriormente esperado. O preço médio do petróleo ao longo do tempo restante de vida do Bayu-Undan (e de Kitan) deverá ser cerca de 14% superior ao previsto no orçamento para 2012. A estimativa sobre o preço do petróleo é ainda assim prudente, tal como é exigido por lei, sendo inferior ao cenário mais provável da EIA¹⁶ e dos futuros da WTI¹⁷, e consideravelmente inferior ao cenário alto da EIA, conforme se pode ver na Figura 2.5.3.1.1.

¹⁵ Os preços dos produtos líquidos (condensado e GPL) no Bayu-Undan e em Kitan são estimados com base nos relacionamentos históricos com o marco de referência da WTI. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados usando a fórmula provisória de preços negociada entre vendedores e compradores. A fórmula de preços é renegociada a cada três anos.

¹⁶ Administração de Informações sobre Energia, www.eia.gov.

Produção petrolífera

A produção petrolífera de líquidos (condensado e GPL) no Bayu-Undan é semelhante à prevista no orçamento para 2012. Estima-se que a produção petrolífera total do Bayu-Undan (incluindo GNL) tenha atingido o seu pico em 2011, devendo agora começar a diminuir até cessar em 2024, conforme indicado na Tabela 2.5.3.1.2.

A produção total em 2011 foi de 62 milhões de barris de equivalentes a petróleo, incluindo 3 milhões de barris de equivalentes a petróleo de Kitan. Após um aumento temporário da produção em Kitan é esperado que a produção total atinja os 65 milhões de barris de equivalentes a petróleo em 2012, antes de começar gradualmente a diminuir.

O Plano de Desenvolvimento de Campo para o campo de Kitan foi aprovado em 2010, tendo a produção começado no 4.º trimestre de 2011. A produção total é modesta quando comparada com a do campo de Bayu-Undan. Os cenários de produção baixa e produção base de Kitan são 26,8 milhões de barris e 35,5 milhões de barris de petróleo, respectivamente, ao longo da vida do projecto. O fluxo total de receitas com base no cenário de produção baixa está estimado em 550,0 milhões de dólares, o equivalente a cerca de 5,0% do Bayu-Undan.

Custos

Prevê-se que os custos do projecto do Bayu-Undan estejam ligeiramente acima dos projectados no orçamento para 2012, que por sua vez tinham sido projectados consideravelmente acima dos custos no orçamento para 2011. Tal como foi discutido no orçamento do ano anterior, a alteração nas projecções de custos entre os orçamentos para 2011 e 2012 deriva sobretudo do fortalecimento do dólar australiano, no qual é incorrida grande parte dos custos, e de situações de corrosão e outras questões operacionais que requerem acções correctivas ao longo dos próximos anos.

¹⁷ Os futuros da WTI reflectem as expectativas das partes (vendedor e comprador) no mercado do petróleo a respeito do preço futuro do petróleo e da quantidade a entregar.

Tabela 2.5.3.1.2 Cálculos de rendimentos sustentáveis – pressupostos de preços do petróleo, produção e receitas, 2002 a 2025

Sector petrolífero de Timor-Leste				
	Preço médio do petróleo segundo a WTI, dólares por barril	Produção, milhões de barris de equivalentes a petróleo	Total das receitas petrolíferas descontadas, milhões de dólares	Total das receitas petrolíferas não descontadas, milhões de dólares
Total	0,0	932,8	15.451,5	33.997,8
Total desde 1 de Janeiro de 2013	0,0	462,5	15.451,5	19.557,4
até 2002	0,0	0,0	0,0	0,0
2003	0,0	0,0	0,0	10,2
2004	41,5	16,9	0,0	166,1
2005	56,6	29,0	0,0	318,7
2006	66,1	57,1	0,0	620,6
2007	72,3	57,7	0,0	1.307,4
2008	99,7	64,2	0,0	2.287,1
2009	62,0	61,8	0,0	1.640,6
2010	79,5	57,3	0,0	2.085,3
2011	94,9	61,7	0,0	3.251,0
2012	90,8	64,7	0,0	2.753,4
2013	86,6	60,4	2.260,4	2.309,1
2014	91,1	53,0	1.840,0	1.971,9
2015	95,6	52,5	1.931,8	2.176,7
2016	98,8	48,7	1.807,0	2.144,7
2017	102,3	45,2	1.643,3	2.058,5
2018	105,0	38,2	1.261,1	1.668,4
2019	107,8	39,5	1.263,0	1.764,7
2020	110,9	36,7	1.140,5	1.683,7
2021	114,0	35,3	1.019,5	1.590,0
2022	117,4	26,5	661,6	1.090,1
2023	120,5	20,8	507,7	883,6
2024	123,8	5,9	84,3	154,9
2025	126,7	0,0	31,5	61,1

Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

2.5.3.2 Riqueza petrolífera e cálculo do RSE

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o montante máximo que pode ser dotado a partir do Fundo Petrolífero num ano fiscal deixando recursos suficientes no Fundo Petrolífero para permitir a dotação de um montante de valor real igual em todos os anos futuros. O RSE está estabelecido em 3,0% da riqueza

petrolífera. Todavia o Governo pode retirar do Fundo Petrolífero um montante superior ao RSE caso possa justificar que isso serve os interesses a longo prazo de Timor-Leste e caso obtenha a aprovação do Parlamento Nacional.

A riqueza petrolífera, que engloba o saldo do Fundo e o valor actual líquido das receitas petrolíferas futuras, está estimado em 26.231,7 milhões de dólares em 1 de Janeiro de 2013. Deste modo, o RSE está estimado em 787,0 milhões de dólares para 2013. Este é um aumento de 142,8 milhões comparativamente com o RSE em 2013 estimado no orçamento do ano transacto. A Tabela 2.5.3.2.1. indica os principais pressupostos por detrás dos cálculos.

Tabela 2.5.3.2.1: Principais pressupostos por detrás do RSE

Reconhecimento de activos	As estimativas de receitas petrolíferas são incluídas apenas para projectos com planos de desenvolvimento aprovados. Isto inclui o Bayu-Undan e Kitan.
Reservas petrolíferas e estimativas de produção	As estimativas de produção são fornecidas pelos operadores do projecto. É utilizado o cenário de produção baixa, segundo o qual existe uma probabilidade de 90,0% de a produção concreta ultrapassar a estimativa.
Estimativa do preço do petróleo	O RSE para o orçamento para 2013 é preparado utilizando a média entre o cenário baixo da Agência de Informações sobre Energia (EIA) e o cenário de referência para petróleo bruto leve doce (WTI ¹⁸).
Preços de produtos petrolíferos específicos	O Bayu Undan produz condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL), ao passo que o Kitan deverá produzir apenas condensado. Os pressupostos das estimativas para cada produto são derivados de diferenciais históricos observados com a WTI. Os preços do GNL são estimados usando a fórmula provisória de preços negociada entre a instalação de GNL de Darwin (DLNG) e compradores japoneses de GNL. A fórmula de preço é renegociada a cada três anos.
Custos de produção	Estimativa central dos custos futuros de capital e funcionamento, conforme fornecidos pelos operadores de projecto.
Taxa de desconto	Segundo o Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero, a taxa de juro utilizada para descontar as receitas petrolíferas futuras é a taxa de retorno esperada da carteira das aplicações financeiras mantidas no Fundo. As directivas de investimento do Fundo foram recentemente alteradas, passando a ser 60,0% títulos e 40,0% acções.

Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

¹⁸ O “Petróleo Leve com Baixo Teor de Enxofre” da EIA é indicado na documentação da EIA como sendo igual ao da WTI.

A Tabela 2.5.3.2.2 mostra a riqueza petrolífera estimada e o RSE de 2012 em diante, assumindo que os levantamentos a partir do Fundo em excesso sobre o RSE são no montante demonstrado pela Tabela 2.5.3.2.2.

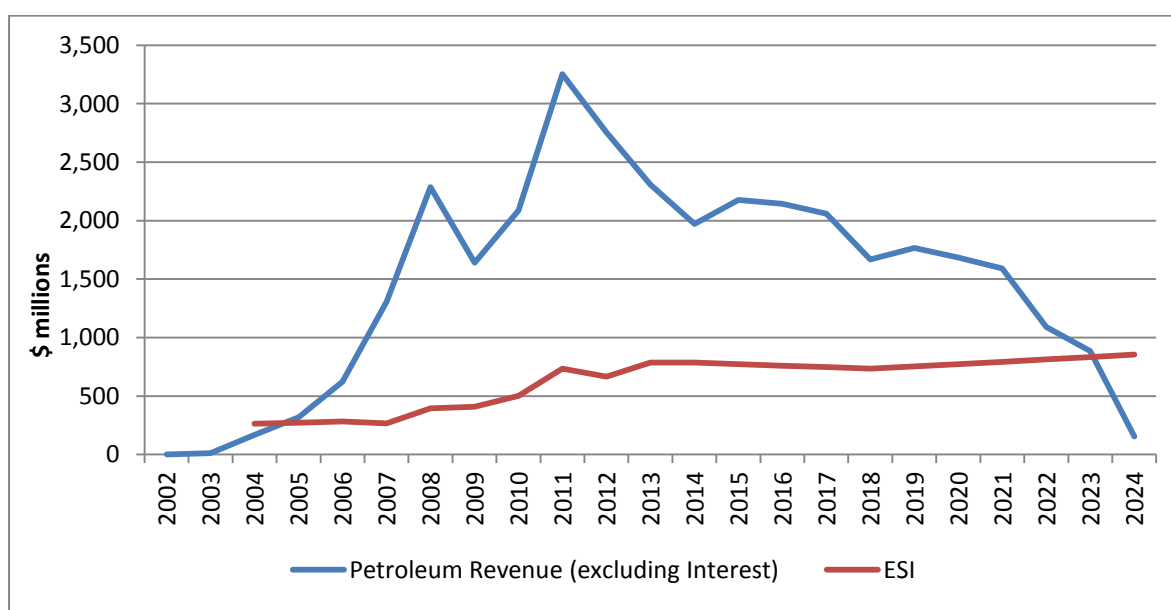
Tabela 2.5.3.2.2 Riqueza petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE), milhões de dólares

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Orçamento	Projeções				
Saldo inicial do FP	8,678.9	10,776.7	12,375.7	13,244.9	14,370.7	15,601.4
Valor actual líquido das receitas futuras	13,496.1	15,455.0	13,802.0	12,473.9	10,893.1	9,282.0
Total da riqueza petrolífera (RP)	22,175.0	26,231.7	26,177.8	25,718.8	25,263.8	24,883.4
Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)	665.3	787.0	785.3	771.6	757.9	746.5

Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

A Figura 2.5.3.2.1 apresenta a principal justificação para usar o RSE como ferramenta na política fiscal, nomeadamente suavizar o gasto de rendimentos petrolíferos temporariamente elevados. O caminho de extracção de um recurso não renovável tende a ser em forma de sino, com oscilações consideráveis a curto prazo. O RSE pretende ser um escudo contra essa volatilidade e salvaguardar o desenvolvimento sustentável das finanças públicas.

Figura 2.5.3.2.1 Receitas petrolíferas de Timor-Leste e Rendimento Sustentável Estimado entre 2002 e 2025, milhões de dólares



Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

Alterações no RSE entre 2012 e 2013

A Figura 2.5.3.2.2 mostra as principais alterações incrementais no RSE de 2013 desde o orçamento para 2012. Os principais factores impulsionadores incluem o preço do petróleo, os diferenciais de preços, a produção petrolífera e os custos.

Dados concretos de 2011

O RSE actual para 2013 incorpora o desenvolvimento concreto em 2011, o que aumenta o RSE de 2013 em 28,0 milhões de dólares. A alteração deve-se sobretudo a preços do petróleo superiores ao esperado.

Levantamentos concretos a partir do Fundo Petrolífero em 2012

O RSE de 2013 estimado no orçamento para 2012 tem por base o pressuposto que o Governo não levantará a partir do Fundo Petrolífero mais do que o RSE em 2012. Em 2012 o Parlamento aprovou levantamentos de 1.495,0 milhões de dólares a partir do Fundo, o que ultrapassa o RSE em 829,7 milhões. Este levantamento superior em 2012 reduz o RSE de 2013 em 24,5 milhões.

Produção de líquidos

A diferença entre as estimativas de produção utilizadas neste material e no orçamento para 2012 é pequena e resulta num aumento de 11,2 milhões de dólares no RSE de 2013.

Preços do petróleo

O RSE de 2013 actual pressupõe um preço médio do petróleo de 91 dólares por barril em 2012, com base no desenvolvimento concreto da primeira metade do ano e nas estimativas da EIA para o futuro.¹⁹ O orçamento para 2012 pressupõe um preço do petróleo de 74 dólares por barril. Para lá disto, a estimativa da EIA sobre o preço do petróleo ao longo da vida projectada do Bayu-Undan e de Kitan é superior em 14% ao projectado em igual altura do ano anterior. Estas alterações aumentam o RSE de 2013 em 98,4 milhões de dólares.

Diferenciais entre preços de líquidos (condensado e GPL)

Tal como em anos anteriores, o preço dos produtos de condensado do Bayu-Undan é estimado com base na relação com o preço de referência da WTI. O desenvolvimento nesta relação implica um preço superior dos produtos do Bayu-Undan em comparação com o assumido previamente. A relação entre a WTI e o GPL alterou-se apenas de forma ligeira. Os diferenciais actualizados de preços aumentam o RSE de 2013 em 51,8 milhões de dólares. O parágrafo seguinte sobre análise de metodologia contém mais pormenores sobre o diferencial de preços.

¹⁹ Estas estimativas são reportadas pela EIA e estão também disponíveis no Panorama Anual sobre Energia em 2012: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/index.html>.

Custo

Neste material a previsão dos custos de produção a partir dos dois operadores (COP e ENI) é ligeiramente superior aos valores contidos no orçamento para 2012. O aumento nas estimativas de custos reduz o RSE de 2013 em 13,3 milhões de dólares.

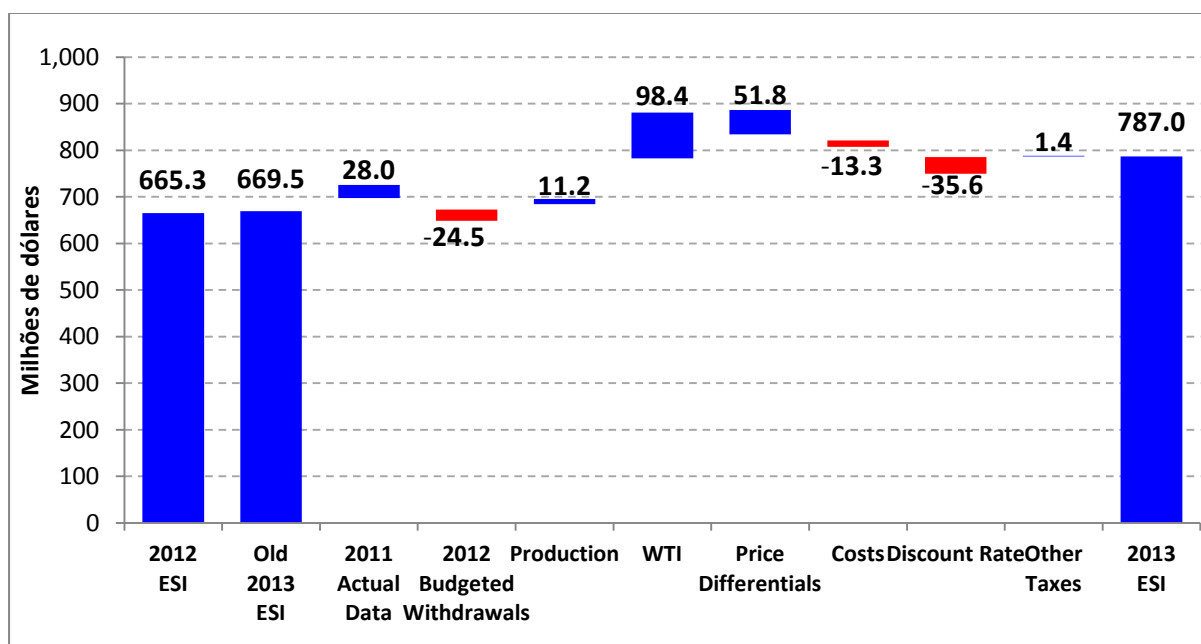
Taxa de desconto

De acordo com a lei de Timor-Leste, a taxa de desconto utilizada no cálculo das receitas petrolíferas futuras segundo o Valor Actual Líquido (VAL) deve ser igual à taxa de retorno esperada da carteira do Fundo Petrolífero. O retorno nominal esperado a longo prazo da carteira aumentou de 3,7% para 5,7% devido à maioria percentagem de acções. Por definição, um aumento na taxa de desconto do VAL diminui o VAL. O aumento na taxa de desconto do VAL resulta numa diminuição do RSE de 2013 no valor de 35,6 milhões de dólares.

Outros impostos

Outros impostos incluem impostos sobre salários, cobrança de impostos a partir de subempreiteiros e perfurações de exploração. Estes impostos estão estimados para o orçamento de 2013 com base numa análise das cobranças recentes e levando em conta os compromissos a nível de trabalhos de exploração, conforme aconselhado pela Autoridade Nacional do Petróleo (ANP). A alteração na previsão de outros impostos aumenta o RSE de 2013 em 1,4 milhões de dólares.

Figura 2.5.3.2.2 Alterações no RSE de 2013 (do orçamento de 2012 para o orçamento de 2013), milhões de dólares



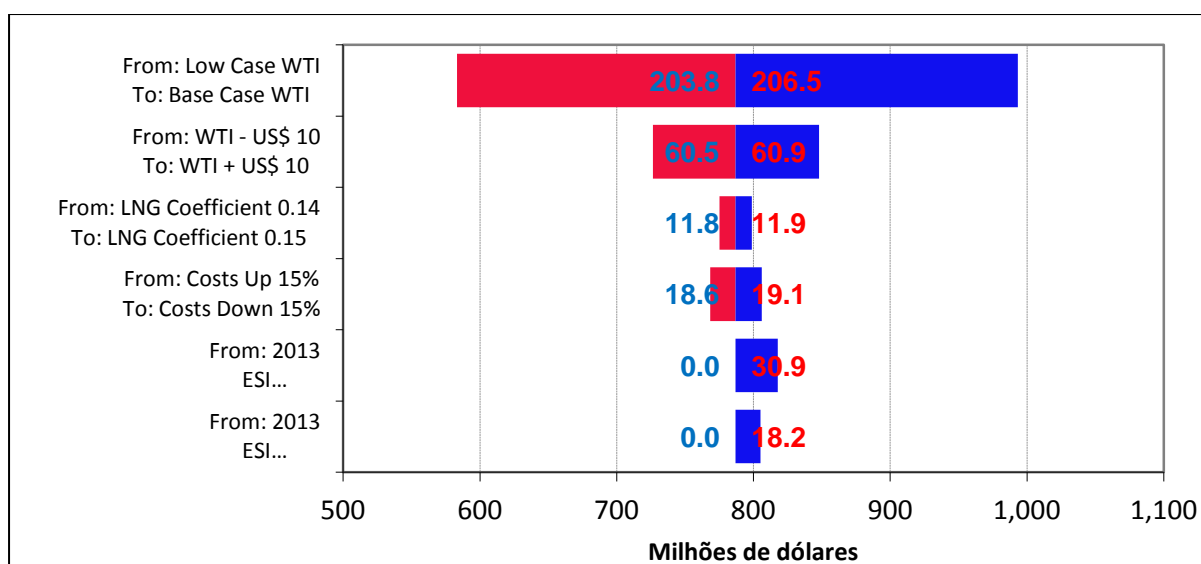
Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

Análise de sensibilidade

O objectivo do Governo é preparar um RSE que seja no geral prudente, conforme requerido pela Lei do Fundo Petrolífero. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis e nos pareceres de peritos, cada contribuição está por inerência sujeita a uma incerteza considerável. A Figura 2.5.3.2.3 mostra como o RSE de 2013 muda quando os pressupostos principais são alterados individualmente.

A análise de sensibilidade começa com o RSE de 2013 no valor de 787,0 milhões de dólares e mostra quanto o RSE mudaria se fosse utilizado um pressuposto diferente em relação a cada variável principal. A análise mostra que o preço do petróleo é de longe o factor com maior impacto sobre o RSE.

Figura 2.5.3.2.3 Análise de sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, milhões de dólares



Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

Análise de metodologia

O Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero requer que o RSE seja estimado utilizando pressupostos prudentes que reflectam as melhores práticas internacionais e que assentem em padrões internacionais reconhecidos. O Ministério das Finanças levou a cabo uma análise rigorosa da metodologia relativa ao RSE preparado para o orçamento para 2011, com assistência técnica do FMI. Desde então não foram implementadas alterações substanciais à metodologia. Ajustes menores incluem:

A metodologia para prever a produção do Gás Natural Liquefeito (GNL) voltou a ser a metodologia anterior. A previsão do cenário baixo de GNL da ConocoPhillips (COP) tem por norma espelhado o cenário base durante a maior parte da vida do projecto. Contudo, em 2011 a estimativa do GNL segundo o cenário baixo da COP foi limitada à Quantidade Anual

Contratada (QAC) com os compradores. A COP confirmou que escolheriam sempre produzir o máximo de GNL possível, que havia um risco limitado da capacidade de produção da instalação de GNL ficar abaixo do reflectido no cenário base / P50 e que havia gás suficiente para produzir o volume no cenário base até pelo menos 2022. O Ministério das Finanças considerou assim em 2011 que uma estimativa prudente sobre GNL é uma estimativa consistente com um cenário P50, porém com um corte em 2022 consistente com as estimativas de líquidos segundo o cenário baixo. Em 2012 a estimativa de GNL da COP volta a seguir a metodologia utilizada em anos anteriores a 2011. A metodologia do RSE foi assim alterada em conformidade, utilizando a produção segundo o cenário baixo como a estimativa prudente.

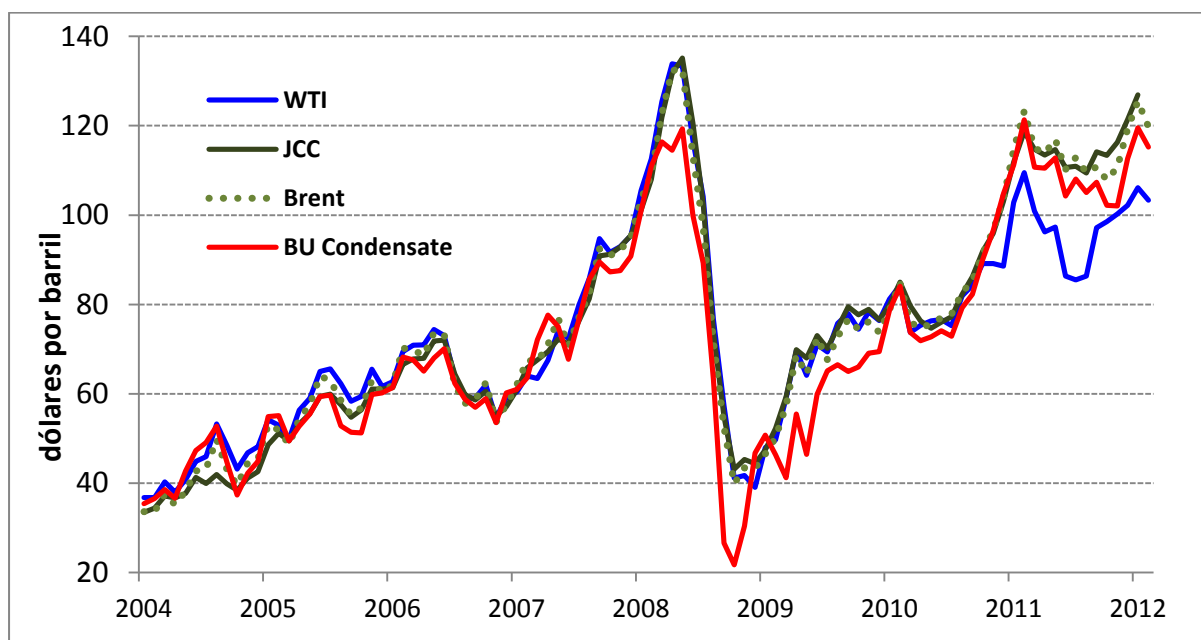
Princípios de desconto. De acordo com o Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero a taxa de juro utilizada para descontar receitas petrolíferas futuras é a taxa esperada de retorno da carteira de aplicações financeiras mantidas no Fundo. Em anos anteriores o retorno esperado foi estabelecido igual à média de dez anos consecutivos do rendimento nominal de títulos dos EUA com diversas maturidades. Para lá da nova estratégia de investimento do Fundo Petrolífero com uma maior fatia de aplicações de crescimento, é esperado que o retorno real a longo prazo da carteira seja 3,6% ao ano. O retorno nominal determina-se usando a estimativa oficial de inflação dos EUA emitida pelo Gabinete de Orçamento do Congresso dos EUA (CBO, uma vez que as aplicações são denominadas em dólares americanos).²⁰

Embora a inflação varie ligeiramente de ano para ano, a taxa média de desconto é de cerca de 5,7% para o período estimado. No orçamento para 2012 a taxa de juro usada para o desconto de receitas futuras era 3,7%.

A metodologia para prever os preços do condensado em Timor foi actualizada. Ao longo dos últimos dois anos a relação entre preços do condensado e preços da WTI alterou-se substancialmente, como se pode ver na

²⁰ *Orçamento e Panorama Económico: Anos Fiscais de 2011 a 2021*, <http://www.cbo.gov/publication/21999>. O RDI nominal é igual $(1 + \text{RDI real}) \times (1 + \text{taxa de inflação})$.

Figura 2.5.3.2.4 Preço do condensado do BU contra preços mundiais do petróleo



Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

O gráfico mostra o preço do condensado do Bayu-Undan e o preço da WTI e preços de outros dois importantes marcos de referência internacionais a nível do petróleo, o Brent (o petróleo do Mar do Norte) e o *Japanese Crude Cocktail* (JCC), que é o preço médio do crude importado pelo Japão.

Até 2010 o preço do condensado do Bayu-Undan (BU) esteve constantemente um pouco abaixo do preço da WTI. Desde 2010 o preço do condensado do BU excede o preço da WTI, com o desenvolvimento a ser mais fraco. É verdade que o condensado do BU acompanha o Brent e o JCC relativamente bem, porém não existem estimativas de cenários baixo / de referência / alto para estes marcos de referência. A metodologia do RSE continuará assim a assentar na WTI, com factores de ajuste actualizados que levem em conta a nova relação. Nesta avaliação assume-se que a relação entre a WTI e o condensado do BU irá “normalizar” com o tempo. Em particular, o diferencial começa com o condensado do BU a ultrapassar a WTI em 4,9% em 2012, descendo para 3,5% até 2020.

2.5.3.3 Gestão do Fundo Petrolífero

Modelo do Fundo Petrolífero

A Lei do Fundo Petrolífero foi concebida para contribuir para uma gestão sensata dos recursos petrolíferos de Timor-Leste, em benefício das gerações actuais e vindouras. O Fundo Petrolífero é uma ferramenta que contribui para uma boa política fiscal, atribuindo a consideração e peso adequados aos interesses a longo prazo dos cidadãos timorenses. O Fundo Petrolífero ajuda os decisores políticos a tomar decisões orçamentais bem

informadas, num ambiente de rendimentos petrolíferos temporariamente elevados e com grandes oscilações. A decisão sobre *quanto gastar e quanto poupar* (para gastar mais tarde) é tomada no orçamento do estado, onde todas as prioridades do Governo são pesadas umas contra as outras.

O mecanismo do Fundo Petrolífero implica que as receitas petrolíferas são transferidas na sua totalidade para o Fundo e investidas em aplicações financeiras no estrangeiro. A política de investimento do Fundo visa maximizar os retornos ajustados ao risco. O único fluxo de saída do Fundo diz respeito às transferências para o orçamento do Governo central, conforme aprovado pelo Parlamento Nacional. O montante que pode ser transferido para o orçamento é orientado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), definido como 3,0% da riqueza petrolífera. Assumindo que os investimentos do Fundo e que as reservas sob o leito do mar geram de facto um retorno real de 3,0%, o RSE é o nível de despesa que manterá o poder de compra da riqueza petrolífera.

Governança do Fundo Petrolífero

Com base nos “princípios de Santiago”²¹, o modelo de governação do Fundo Petrolífero apresenta um elevado grau de transparência e divulgação de informações. Isto ajuda a criar apoio público à boa gestão das receitas petrolíferas e reduz o risco de má governação. A transparência garante que é possível usar informações para medir o desempenho das autoridades e evitar qualquer possível uso indevido de poderes. Um dos elementos fundamentais da estrutura de governação do Fundo é que nenhuma pessoa ou instituição é responsável por tomar e implementar decisões sobre investimento, uma vez que cada parte é formalmente responsável perante a outra pelo seu papel no processo decisório. Este grau de transparência serve para encorajar o consenso e permitir a responsabilização das autoridades e de quem manuseie dinheiros públicos.

Na qualidade de poder executivo, o Governo, através do Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero em nome do povo de Timor-Leste. A Lei do Fundo Petrolífero torna o Governo responsável perante o Parlamento Nacional por via de vários requisitos de reporte. A gestão operacional é conduzida pelo Banco Central, o qual investe o capital do Fundo segundo directivas estabelecidas pelo Ministério das Finanças e mandatos desenvolvidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). O Ministério das Finanças está obrigado a solicitar o parecer do CAI antes de tomar decisões sobre qualquer matéria relativa à estratégia de investimento ou à gestão do Fundo Petrolífero.

²¹ “Fundos de Riqueza Soberana: Princípios e Práticas Geralmente Aceites” do Grupo de Trabalho Internacional, também conhecidos como Princípios de Santiago. Os princípios identificam um quadro de princípios e práticas geralmente aceites que reflectem acordos adequados de governação e responsabilização, bem como a conduta de práticas de investimento por parte de Fundos de Riqueza Soberana (FRS) numa base sólida e prudente.

Política de Investimento do Fundo Petrolífero

A política de investimento do Fundo Petrolífero assenta na alocação de activos e nos limites de risco definidos na Lei do Fundo Petrolífero, tal como foi emendada em Agosto de 2011. A nova política de investimento estabelece que não podem ser investidos em acções mais de 50% do Fundo, que pelo menos 50% devem ser investidos em rendimentos fixos com classificação de investimento e que não podem ser investidos mais de 5% em instrumentos alternativos tais como imobiliário, acções privadas e fundos de cobertura.

A política de investimento destaca o princípio da diversificação. Diversificação é o processo de exposição de uma carteira de investimento a diferentes classes de aplicações (por exemplo títulos e acções) e a aplicações financeiras individuais, ao invés de concentrar a carteira numa só classe ou aplicação. A diversificação é o antídoto contra muitos riscos que podem ser evitados. A chave para o processo de diversificação é que diferentes classes de aplicações e outros factores de risco da carteira tenderão a não se mover em uníssono. A combinação de aplicações com retornos que estejam correlacionados de forma menos que perfeita serve para reduzir os riscos e a volatilidade.

O governo está ciente de que a obtenção de retornos financeiros envolve a tomada de riscos em termos de maior volatilidade a curto prazo. Como Timor-Leste é um investidor a longo prazo, a questão da maior volatilidade a curto prazo tem menos importância económica. As emendas à Lei do Fundo Petrolífero dão margem à carteira do Fundo para conseguir um retorno real de 3% ao longo do tempo (embora o retorno não seja garantido), o que permitirá a sustentabilidade da despesa pública.

Tabela 2.5.3.3.1 Carteira e estrutura de gestores do Fundo Petrolífero CHANGE

Número	Gestores e mandatos em Setembro de 2012	Peso	Valores de mercado, milhões de dólares	Retorno desde a criação
Total da carteira do Fundo Petrolífero		100,0%	11,1	4,1%
Carteira de juros fixos internacionais (títulos)		77,0%	8,5	3,9%
1	Banco Central de Timor-Leste – BCTL	-	-	-
	(Títulos do Tesouro dos EUA a 1 a 3 anos)	16,0%	1,8	0,4%
	(Títulos do Tesouro dos EUA a 3 a 5 anos)	41,0%	4,5	1,6%
2	Banco de Compensações Internacionais – BIS (Títulos do Tesouro dos EUA a 5 a 10 anos)	20,0%	2,2	4,2%
Carteira de acções internacionais		23,0%	2,5	7,7%
3	Schroders Investment Management – Schroders (MSCI mundo)	5,0%	0,6	7,9%
4	State Street Global Advisors – SsgA (MSCI mundo)	18,0%	2,0	9,8%

BCTL – Relatório do Fundo Petrolífero do 3.º Trimestre de 2012

Como primeiro passo para implementar a política de investimento, e seguindo os conselhos do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI), a Ministra das Finanças instruiu o Banco Central no sentido de investir progressivamente até 20% do Fundo Petrolífero em acções globais até Junho de 2012. Nessa altura 5% do Fundo eram geridos pela Schroders e 18% pela State Street Global Advisors. Os restantes 77% do Fundo continuavam a estar investidos em Títulos do Tesouro dos EUA, sendo que 20% eram geridos pelo BIS e 57% pelo BCTL. A Tabela 2.5.3.3.1 mostra a carteira e estrutura de gestores do Fundo Petrolífero em Setembro de 2012.

Como segundo passo, e uma vez mais seguindo os conselhos do CAI, a Ministra das Finanças instruiu o Banco Central no sentido de continuar a investir progressivamente até 40% do Fundo em acções globais ao longo dos próximos dois anos, começando em Julho de 2012.

Actualmente a carteira de rendimentos fixos do Fundo Petrolífero é investida apenas em títulos do Tesouro dos EUA, ao passo que a carteira de acções está investida em mais de 1.000 empresas espalhadas por 23 países desenvolvidos. Está determinado que a exposição a cada empresa tem de ser inferior a 3%.

Desenvolvimento projectado do Fundo Petrolífero

O saldo do Fundo é de 11.054,4 milhões de dólares em Setembro de 2012. Isto constitui um aumento de 1.774,1 milhões em relação ao início do ano. É esperado que o saldo do Fundo seja de 10.776,7 milhões de dólares até ao final de 2012, após dedução em 2012 o levantamento estimado de 1.494,9 milhões aprovado pelo Parlamento Nacional.

A Tabela 2.5.3.3.2 mostra que está previsto que o valor total do Fundo seja de 12.375,7 milhões de dólares até ao final de 2013 e de 16.822,9 milhões até ao final de 2017.

Tabela 2.5.3.3.2 Poupanças estimadas do Fundo Petrolífero entre 2011 e 2017, milhões de dólares

	Concreto em 2011	Estimativa para 2012	Orçamento para 2013	Projeção para 2014	Projeção para 2015	Projeção para 2016	Projeção para 2017
Saldo inicial do FP	6.904,0	9.310,3	10.776,7	12.375,7	13.244,9	14.370,7	15.601,4
Receitas petrolíferas (excluindo juros do FP)	3.240,1	2.753,4	2.309,1	1.971,9	2.176,7	2.144,7	2.058,5
Juros do Fundo Petrolífero, Líquidos*	221,2	207,8	487,7	614,3	692,1	778,3	874,3
Total de levantamentos	1.055,0	1.494,9	1.197,8	1.717,1	1.743,0	1.692,3	1.711,2
Saldo final do FP	9.310,3	10.776,7	12.375,7	13.244,9	14.370,7	15.601,4	16.822,9

Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

2.6: Financiamento

2.6.1 Definição de financiamento

A Tabela 2.6.1.1 mostra o financiamento do Orçamento de Estado para 2013. Os itens de financiamento abaixo são iguais ao défice não petrolífero (receitas domésticas menos total das despesas). O Governo está assim a mostrar de forma clara que todas as despesas serão pagas através das receitas domésticas ou através de financiamento a partir do RSE, de levantamentos excessivos, de empréstimos ou do uso do saldo de dinheiro.

Existem razões económicas importantes para fazer a distinção entre receitas domésticas e itens de financiamento. As receitas domésticas resultam de impostos pagos por empresas e indivíduos em Timor-Leste. Um aumento nas receitas domésticas permite o aumento da despesa do Governo em Timor-Leste, porém irá provavelmente reduzir a despesa por parte de empresas e indivíduos. Deste modo o impacto sobre a quantidade total de dinheiro e de procura na economia é no geral neutro.

Pelo contrário, o financiamento de despesas através do levantamento de dinheiro do Fundo Petrolífero aumenta o nível global de procura na economia. Este aumento na procura, caso não tenha uma correspondência em termos do aumento da capacidade da economia para produzir bens, poderá levar à subida da inflação.

Tal como se pode ver na Tabela 2.6.1.1, o orçamento para 2013 usará quatro itens de financiamento, nomeadamente o RSE, levantamentos excessivos a partir do Fundo Petrolífero, o uso do saldo de dinheiro e empréstimos. O RSE e levantamentos excessivos são os dois maiores itens de financiamento, totalizando 1.197,8 milhões de dólares, o que equivale a 66,6% do total das despesas.

As três secções seguintes explicam de forma mais detalhada o RSE, os levantamentos excessivos, os empréstimos e o uso do saldo de dinheiro.

Tabela 2.6.1.1: Financiamento entre 2013 e 2017, milhões de dólares

	2013	2014	2015	2016	2017
Total de Financiamento	1.651,2	1.787,7	1.865,9	1.814,0	1.834,2
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	787,0	785,3	771,6	757,9	746,5
Levantamentos excessivos a partir do FP	410,8	931,7	971,4	934,4	964,7
Uso do saldo de dinheiro	409,8	0,0	2,0	0,0	0,0
Empréstimos	43,6	70,6	120,9	121,7	123,0

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento, Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero e Secretariado dos Grandes Projectos, Ministério das Finanças, 201

2.6.2 RSE e levantamentos excessivos

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está calculado em 787,0 milhões de dólares para 2013, o que constitui um aumento de 142,8 milhões em relação à estimativa do RSE para 2013 no orçamento do ano transacto. A razão principal para este aumento é que se prevê que os preços do petróleo sejam superiores ao longo do período estimado. Os levantamentos excessivos estão orçamentados em 410,8 milhões de dólares, o que contribuirá para um RSE inferior no futuro.

2.6.3 Empréstimos

A política geral do Governo em relação a empréstimos consiste em avaliá-los com referência ao financiamento necessário para o desenvolvimento de infra-estruturas estratégicas no país. Quando o financiamento do RSE e das receitas domésticas fique aquém do necessário para o desenvolvimento, é possível que os levantamentos excessivos imponham elevados custos de oportunidade aos rendimentos provenientes dos investimentos do Fundo Petrolífero. Deste modo, os empréstimos em condições favoráveis são opções a considerar. Para um projecto oferecer uma boa relação qualidade-custo é necessário identificar projectos de qualidade elevada. Estes podem incluir estradas, pontes, água e saneamento, electricidade, portos e aeroportos, uma vez que projectos deste tipo têm por norma retornos económicos e sociais significativos.

A tabela seguinte mostra os dois acordos de empréstimos que o Governo já assinou. O dinheiro do empréstimo da JICA será utilizado para financiar a construção da estrada Díli – Manatuto – Baucau. A construção desta estrada é prioritária e está em linha com as políticas governamentais descritas no PED. O valor deste projecto, incluindo a contribuição do Governo, é de 92,6 milhões de dólares. O empréstimo da JICA tem uma taxa de juro fixa inferior a 1.0% e um período de graça de dez anos. Este empréstimo tem condições altamente favoráveis, com a sua taxa de juro a ser consideravelmente mais baixa do que a que o Governo pagaria se pedisse dinheiro emprestado a uma instituição financeira do sector privado ou emitisse os seus próprios títulos do Tesouro. A taxa de juro deste empréstimo é também inferior ao rendimento previsto para investimentos do Fundo Petrolífero, o que significa que o custo de oportunidade deste empréstimo é inferior ao custo do levantamento de dinheiro a partir do Fundo Petrolífero. O único risco financeiro significativo associado a este empréstimo é que a moeda utilizada é o iene japonês. Isto significa que se o dólar americano se desvalorizar consideravelmente em relação ao iene japonês, os custos de amortização do empréstimo em dólares americanos irão aumentar.

O Governo assinou igualmente um acordo de empréstimo com o Banco Asiático de Desenvolvimento. Este empréstimo será utilizado para financiar as estradas Díli – Liquiçá e Tibar – Ermera, as quais se estima virem a trazer uma taxa elevada de retorno económico e social. O valor deste projecto, incluindo a contribuição do Governo, é de 53,7 milhões de dólares. Este empréstimo tem dois componentes, um com uma taxa de juro fixa (o

componente dos Direitos Especiais de Saque – SDR) e outro com uma taxa variável (componente de Recursos de Capital Ordinário – OCR). A taxa de juro do componente de SDR está fixa em 1,0% durante o período de graça de 8 anos, passando então para 1,5% ao longo dos restantes 32 anos do empréstimo. O componente de OCR tem um período de graça de cinco anos e uma duração de 25 anos, com uma taxa de juro assente na Taxa Interbancária do Mercado de Londres, mais um pequeno spread e uma taxa de compromisso de 0,15%. O componente de taxa fixa do empréstimo pode ser considerado como oferecendo condições favoráveis, tendo possivelmente um custo de oportunidade menor que o custo do levantamento de dinheiro a partir do Fundo de Infra-estruturas. O principal risco associado com o componente de taxa variável deste empréstimo é que a Taxa Interbancária do Mercado de Londres poderá subir no futuro, o que conduziria a um aumento nas amortizações.

Tabela 2.6.3.1: Informações sobre Acordos de Empréstimos Assinados

Informações sobre acordos de empréstimos assinados	Empréstimo 1: JICA	Empréstimo 2: BAD
Data	19-03-12	02-05-12
Organização / Governo que providencia o empréstimo	JICA / Japão	Banco Asiático de Desenvolvimento
Montante do empréstimo em dólares americanos *	68.700.000	40.000.000
Total da contribuição do Governo	23.900.000	13.700.000
Total do valor do projecto	92.600.000	53.700.000
Período de graça em anos	10	SDR: 8 e OCR: 5
Maturidade / duração em anos	30	SDR: 32 e OCR: 25
Taxas de juro por ano	0,7% para trabalhos de construção, 0,01% para serviços de consultoria e uma taxa de compromisso de 0,1%.	SDR: Fixa a 1,0% durante o período de graça e 1,5% no período restante OCR variável segundo o spread LIBOR +; taxa de compromisso de 0,15%.
Taxa de juro fixa ou variável	Fixa durante o período	Componentes fixos e variáveis
Descrição de projecto / finalidade do empréstimo	Construção e supervisão de estradas Díli – Manatuto – Baucau (L)	Construção e supervisão e estradas Díli – Liquiçá e Tibar – Ermera (L)

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos, Ministério das Finanças, 2012

Para lá dos dois acordos de empréstimo assinados o Governo encontra-se presentemente a negociar com o Banco Mundial e com o Banco Asiático de Desenvolvimento mais empréstimos. O empréstimo do Banco Mundial será usado para financiar a construção da estrada Aileu – Ainaro – Maubisse. Por sua vez, o empréstimo do Banco Asiático de Desenvolvimento será utilizado para financiar a construção da estrada Manatuto – Natarbora. Ambos os projectos encontram-se de acordo com os objectivos do PED e espera-se que tenham uma taxa elevada de retorno económico.

O Governo calculou que o tecto total requerido para financiamento por empréstimo em 2013 seja de 223,5 milhões de dólares.

A tabela seguinte mostra o financiamento através de empréstimos por ano face a todos os projectos incluídos no Livro 6. O Livro 6 contém uma discriminação detalhada do financiamento de empréstimos e a contribuição contrapartida do Governo por projecto.

Tabela 2.6.3.3: Projecção de financiamento total através de empréstimos entre 2013 e 2017, milhões de dólares

	Total	2013	2014	2015	2016	2017
Empréstimos	479,7	43,6	70,6	120,9	121,7	123,0

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Secretariado dos Grandes Projectos, Ministério das Finanças, 2012

2.6.4 Uso do saldo de dinheiro

O Governo prevê actualmente que as despesas concretas em 2012 fiquem abaixo do orçamentado, o que, juntamente com as fortes cobranças de receitas domésticas e os levantamentos a partir do Fundo Petrolífero, significa que haverá provavelmente um saldo de dinheiro nas contas do FCTL, do Fundo das Infra-estruturas e do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano no final de 2012. Manter montantes elevados de dinheiro nestas contas não é recomendável, uma vez que a taxa de juro destas contas é inferior ao rendimento (montante gerado) dos investimentos do Fundo Petrolífero. O Governo gera mais dinheiro se mantiver 500 milhões de dólares no Fundo Petrolífero do que se retirar este montante do Fundo Petrolífero e o mantiver como dinheiro no FCTL. O Governo usará assim parte deste saldo de dinheiro para financiar despesas em 2013, o que permitirá ao Governo reduzir os levantamentos a partir do Fundo Petrolífero e aumentar a taxa global de retorno a partir de investimentos e dinheiro. O montante de dinheiro a usar é indicado na tabela seguinte.

Tabela 2.6.4.1 Uso do saldo de dinheiro

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	409,8	0,0	2,0	0,0	0,0
FCTL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo de infra-estruturas	401,3	0,0	2,0	0,0	0,0
FDCH	8,5	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, 2012

2.6.5 Parcerias Público-Privadas

Em 2012 o Governo concluiu um quadro político e legal sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs). Por norma as PPPs envolvem um contrato entre uma autoridade do sector público e um privado, através do qual o privado presta um serviço público ou conduz um projecto público e assume riscos financeiros, técnicos e operacionais substanciais no projecto. Só

serão consideradas Parcerias Público-Privadas em Timor-Leste em casos de projectos que contribuam para os objectivos de desenvolvimento do Governo, tenham taxas de crescimento económico elevadas e tenham boas possibilidades de atrair o sector privado e de beneficiar dos conhecimentos especializados deste. A vantagem potencial dos acordos de PPPs é que ao ligar a taxa de retorno recebida pelo empreiteiro do sector privado à qualidade dos serviços prestados conseguem-se serviços de boa qualidade e uma boa relação qualidade-custo.

Existem actualmente dois projectos de Parcerias Público-Privadas em curso em Timor-Leste, nomeadamente o projecto para expandir o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato e o projecto de construção o Porto de Tibar.

O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será alargado, com a participação do sector privado, de modo a cumprir os padrões internacionais de deslocações aéreas e a aumentar a eficácia das operações aeroportuárias. Os três componentes principais do projecto são a reabilitação e melhoria da pista; a reabilitação e melhoria do terminal de passageiros; e a operação e manutenção das instalações aeroportuárias após e durante a implementação do projecto. O Governo prevê actualmente que o projecto irá custar cerca de 27 milhões de dólares.

O porto da Baía de Tibar será desenvolvido com a participação do sector privado, de modo a cumprir padrões internacionais de eficiência a nível de contentores e outras operações de carga. Os principais componentes de projecto são a preparação das condições do local do porto, a montagem de instalações no porto e a operação e manutenção das instalações portuárias durante e após a implementação do projecto. O custo total do projecto está actualmente estimado na ordem dos 442 milhões de dólares.

Não foi iniciada qualquer construção de monta em qualquer um destes projectos. Todavia o Governo assinou recentemente Acordos de Serviços de Assessoria Financeira com a Corporação Financeira Internacional (CFI) relativamente a ambos os projectos. Sob estes acordos a CFI irá ajudar o Governo a os projectos e a estruturar os acordos de Parcerias Público-Privadas, de forma a atrair o interesse do sector privado, a concretizar os objectivos dos projectos e a garantir uma boa relação qualidade-custo para os cidadãos timorenses.

Parte 3: Lei do Orçamento Geral do Estado para 2013

- A lei será incluída após a promulgação pelo Presidente da Lei do Orçamento Geral do Estado

Parte 4: Documentos Comprovativos

4.1: Artigo 8 da Lei do Fundo Petrolífero

4.1.1: Requisitos para as transferências a partir do Fundo Petrolífero



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete da Ministra



“Adeus Conflito, Bemvindo Desenvolvimento”

Ofício n.º: 256 /GMF/V/2012

Vossa Excelência
Senhor Primeiro-Ministro da
República Democrática de Timor-Leste
Kay Rala Xanana Gusmão

**ASSUNTO: REQUISITOS PARA TRANSFERÊNCIA A PARTIR DO FUNDO
PETROLÍFERO**

Vossa Excelência,

O presente relatório é fornecido de acordo com as alíneas a) e b) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero. O Rendimento Sustentável Estimado é calculado nos termos do Anexo I da Lei do Fundo Petrolífero.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o Ano fiscal 2013	Montante (USD) \$787,0 milhões
Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano anterior 2012	Montante (USD) \$665,3 milhões

O Orçamento Geral do Estado para 2013 inclui uma análise da metodologia na que se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado.

De acordo com a alínea c) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar o montante do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação segue em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Ministra das Finanças
Emília Pires

4.1.2: Relatório de Garantia para o Ministério das Finanças



Deloitte Touche Tohmatsu
ABN 74 490 121 060

Level 11,
24 Mitchell Street,
Darwin, NT, 0800, Australia

Tel: +61 (0) 8 8980 3000
Fax: +61 (0) 8 8980 3001
www.deloitte.com.au

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA DE FIABILIDADE PARA O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Fomos contratados pelo Ministério das Finanças, em conformidade com o disposto na alínea c) do Artigo 8º da Lei do Fundo Petrolífero (Lei nº 9/2005) da República Democrática de Timor-Leste ("Lei"), relativamente ao cumprimento por parte do Ministério das Finanças com os parágrafos II e III do Anexo I da Lei, no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal de 2013.

Responsabilidade do Ministério das Finanças pelo Cálculo do Rendimento Sustentável Estimado

O Ministério das Finanças é responsável pelo cálculo do Rendimento Sustentável Estimado, para o ano fiscal a findar em 31 de Dezembro de 2013, em conformidade com o Anexo I alterado da Lei do Fundo Petrolífero (Lei nº 9/2005, tal como alterada pela Lei nº 12/2011 – primeira alteração) da República Democrática de Timor-Leste ("Lei Alterada"). Adicionalmente, o Ministério das Finanças é responsável por garantir que todas as assunções cumpram com o disposto nos parágrafos IV e V do Anexo I.

A Nossa Responsabilidade

A nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre se o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a findar em 31 de Dezembro de 2013 foi efectuado, em todos os aspectos materiais, de acordo com as fórmulas constantes dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei Alterada. A nossa auditoria foi conduzida de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 *Trabalhos de Garantia de Fiabilidade Que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica*, de modo a obter garantia razoável sobre se o Ministério das Finanças cumpriu com os requisitos que se encontram dispostos na Lei. Os nossos procedimentos consistiram principalmente em indagações a responsáveis do Ministério das Finanças, em inspecções de evidências, incluindo do Orçamento, e na obtenção e revisão do cálculo do Rendimento Sustentável Estimado.

Estes procedimentos foram executados de modo a concluir sobre se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspectos materiais, com os requisitos que se encontram dispostos na Lei.

Conclusão

Em nossa opinião, o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspectos materiais, com os parágrafos II e III do Anexo I da Lei do Fundo Petrolífero (Lei nº 9/2005, tal como alterada pela Lei nº 12/2011 – primeira alteração) da República Democrática de Timor-Leste, no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a findar em 31 de Dezembro de 2013. O cálculo evidencia um Rendimento Sustentável Estimado de 787 milhões de Dólares dos Estados Unidos da América.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Chartered Accountants
Darwin
22 Novembro de 2012

Responsabilidade limitada por regime aprovado no âmbito da legislação de Normas Profissionais.

Member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited

4.2: Artigo 9 da Lei do Fundo Petrolífero

4.2.1: Requisitos para as transferências do Fundo Petrolífero



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete da Ministra



“Adeus Conflito, Bemvindo Desenvolvimento”

13 de Dezembro de 2012

Sua Excelência

Senhor Primeiro-Ministro da

República Democrática de Timor-Leste

Kay Rala Xanana Gusmão

ASSUNTO : REQUISITOS PARA A TRANSFERÊNCIA A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Sua Excelência,

O presente relatório é apresentado nos termos da alínea b), do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Como requerido na alínea b) do artigo 9.º, a tabela abaixo mostra a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos financeiros subsequentes a 2013, em resultado da proposta de transferência do Fundo Petrolífero de um montante que excede o Rendimento Sustentável Estimado em 2013:

Ano Fiscal	Impacto da Transferência acima do Rendimento Sustentável Estimado em 2013	
	\$787.0 milhões	\$1197.8 milhões
2014	797.9	785.3
2015	813.0	800.2
2016	830.1	817.0
2017	849.1	835.7
2018	870.1	856.4
2019	892.1	878.0
2020	914.8	900.4
2021	938.2	923.5
2022	962.3	947.2
2023	986.9	971.4
2024	1012.1	996.2
2025	1038.0	1021.6

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 9.º da supracitada Lei, o Auditor Independente deve certificar as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório certificado será apresentado ao Parlamento Nacional.

Todos os cálculos foram executados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças e com o apoio de assistência profissional internacional.

Sem mais de momento, subscrevo-me com a minha mais elevada consideração e estima.

Emília Pires
Ministra das Finanças

4.2.2: Relatório de Garantia para o Ministério das Finanças

- A ser traduzido e apresentado ao parlamento em uma data posterior, antes dos debates preliminares

4.2.3: Justificativas dos saques em excess do Fundo Petrolifero

- Esta sera apresentado ao parlamento em separado